

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	17
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.187
Preferenciais	7.232.196
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	687.081	744.792
1.01	Ativo Circulante	46.140	23.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.438	4.248
1.01.03	Contas a Receber	6.166	7.232
1.01.03.01	Clientes	6.166	7.232
1.01.04	Estoques	581	579
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.541	1.366
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.541	1.366
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.414	10.350
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	2.094
1.01.08.03	Outros	23.320	8.256
1.02	Ativo Não Circulante	640.941	721.017
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	34.160	46.406
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.646	37.677
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.646	37.677
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.364	8.579
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	185	4.086
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	4.179	4.493
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	150	150
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	150	150
1.02.02	Investimentos	591.589	661.252
1.02.02.01	Participações Societárias	591.589	661.252
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	76.863	75.962
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	451.226	520.915
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	63.135	64.010
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	365	365
1.02.03	Imobilizado	13.195	13.313
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.195	13.313
1.02.04	Intangível	1.997	46
1.02.04.01	Intangíveis	1.997	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	687.081	744.792
2.01	Passivo Circulante	4.802	16.333
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	280	97
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	280	97
2.01.02	Fornecedores	3.118	3.251
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.118	3.251
2.01.03	Obrigações Fiscais	209	1.344
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	122	1.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	341
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	122	916
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	87	87
2.01.05	Outras Obrigações	1.195	11.641
2.01.05.02	Outros	1.195	11.641
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68	10.691
2.01.05.02.04	Demais obrigações	1.127	950
2.02	Passivo Não Circulante	101.187	108.097
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.02.04	Provisões	3.917	10.827
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.917	10.827
2.03	Patrimônio Líquido	581.092	620.362
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.629	-111.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-39.562	165.702

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.063	30.354	8.689	28.914
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.433	-15.881	-8.282	-23.714
3.03	Resultado Bruto	10.630	14.473	407	5.200
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	92.175	144.831	-11.058	10.717
3.04.01	Despesas com Vendas	18.494	39.866	-2.208	-7.214
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.515	-13.123	-1.938	-7.257
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	65
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	6.561	6.863	-42	-2.635
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	71.635	111.225	-6.870	27.758
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	102.805	159.304	-10.651	15.917
3.06	Resultado Financeiro	9.022	10.305	869	4.479
3.06.01	Receitas Financeiras	9.052	10.451	891	4.602
3.06.02	Despesas Financeiras	-30	-146	-22	-123
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	111.827	169.609	-9.782	20.396
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.519	-3.615	90	-372
3.08.01	Corrente	-2.528	-2.528	90	-372
3.08.02	Diferido	-1.991	-1.087	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	107.308	165.994	-9.692	20.024
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	107.308	165.994	-9.692	20.024
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,088	10,9645	0,6723	1,389
3.99.01.02	PNA	7,7967	12,061	0,6723	1,389
3.99.01.03	PNB	7,7967	0	0,6723	1,389
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0	0	0,6723	1,389
3.99.02.02	PNA	0	0	0,6723	1,389
3.99.02.03	PNB	0	0	0,6723	1,389

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	107.308	165.994	-9.692	20.024
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.937	-205.264	-6.670	-10.265
4.02.01	Equivalênica Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	-71.937	-205.264	-6.670	-10.265
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.371	-39.270	-16.362	9.759

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	110.406	43.157
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	82.819	26.704
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-19.477	-21.629
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-10.407	-9.175
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	371	632
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	57.576	45.257
6.01.09	Encargos Setoriais	-354	0
6.01.11	Outros Pagamentos/Recebimentos	-122	1.368
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-97.988	-25.903
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-103.573	-25.894
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-1.415	-9
6.02.05	Redução de Capital em Investida	7.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.228	1.506
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0	-3.826
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	4.634	5.332
6.03.05	Outros	-239	0
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-10.623	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.190	18.760
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.248	10.083
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.438	28.843

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	165.994	-205.264	-39.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	165.994	0	165.994
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-205.264	-205.264
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-205.264	-205.264
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	54.629	-39.562	581.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.02.05	Equivalência Patrimonial Sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.643	-10.267	8.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.024	0	20.024
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-183.765	196.548	578.808

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	74.070	25.436
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.204	32.585
7.01.02	Outras Receitas	0	65
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	39.866	-7.214
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.030	-26.628
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.389	-24.014
7.02.04	Outros	6.359	-2.614
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.040	-1.192
7.04	Retenções	-163	-124
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-163	-124
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.877	-1.316
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.144	32.359
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	111.225	27.757
7.06.02	Receitas Financeiras	10.059	4.162
7.06.03	Outros	860	440
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	183.021	31.043
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	183.021	31.043
7.08.01	Pessoal	8.658	8.357
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.585	8.311
7.08.01.02	Benefícios	30	27
7.08.01.03	F.G.T.S.	43	19
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.173	2.540
7.08.02.01	Federais	7.482	1.879
7.08.02.02	Estaduais	691	661
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196	122
7.08.03.01	Juros	196	122
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	165.994	20.024
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	165.994	20.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.458.864	3.156.892
1.01	Ativo Circulante	1.504.956	1.206.344
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.177	86.041
1.01.03	Contas a Receber	527.403	520.706
1.01.03.01	Clientes	527.403	520.706
1.01.04	Estoques	9.221	8.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.330	72.720
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.330	72.720
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	843.825	518.109
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.663	3.663
1.01.08.03	Outros	840.162	514.446
1.01.08.03.01	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.612	4.536
1.01.08.03.02	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	737.696	392.433
1.01.08.03.03	Demais Créditos	94.854	117.477
1.02	Ativo Não Circulante	1.953.908	1.950.548
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.180	229.326
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.768	7.767
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.768	7.767
1.02.01.03	Contas a Receber	32.530	21.874
1.02.01.03.01	Clientes	32.530	21.874
1.02.01.06	Tributos Diferidos	40.145	46.234
1.02.01.06.02	Tributos e Contribuições Compensáveis	40.145	46.234
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	159.737	153.451
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.621	2.176
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro Indenizável	132.843	129.189
1.02.01.09.05	Demais Créditos	21.273	22.086
1.02.02	Investimentos	618.103	620.252
1.02.02.01	Participações Societárias	343.558	345.707
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	280.058	281.332
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63.500	64.375
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.545	274.545
1.02.03	Imobilizado	109.211	118.014
1.02.04	Intangível	986.414	982.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.458.864	3.156.892
2.01	Passivo Circulante	1.562.318	1.293.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.256	46.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.256	46.325
2.01.02	Fornecedores	398.218	219.195
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	398.218	219.195
2.01.03	Obrigações Fiscais	228.977	224.115
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.903	43.738
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27.173	21.952
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	22.730	21.786
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	178.569	180.275
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	505	102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.801	96.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	39.001	43.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.001	43.844
2.01.04.02	Debêntures	53.800	53.145
2.01.05	Outras Obrigações	792.110	702.806
2.01.05.02	Outros	792.110	702.806
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.595	20.231
2.01.05.02.04	Contribuição de iluminação pública	102.473	127.532
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	111.983	202.102
2.01.05.02.06	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	519.299	285.271
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1.043	30.252
2.01.05.02.08	Demais obrigações	47.717	37.418
2.01.06	Provisões	3.956	3.905
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.956	3.905
2.02	Passivo Não Circulante	1.106.181	1.017.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	223.851	303.905
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	134.922	175.142
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	134.922	175.142
2.02.01.02	Debêntures	88.929	128.763
2.02.02	Outras Obrigações	574.249	465.919
2.02.02.02	Outros	574.249	465.919
2.02.02.02.03	Contribuição de iluminação pública	52.141	79.880
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	248.308	59.101
2.02.02.02.05	Encargos regulatórios	161.577	222.209
2.02.02.02.06	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	27.172	11.820
2.02.02.02.07	Obrigações vinculadas a concessão	73.974	76.863
2.02.02.02.08	Demais obrigações	11.077	16.046
2.02.03	Tributos Diferidos	236.787	178.745
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	236.787	178.745
2.02.04	Provisões	71.294	68.512
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71.294	68.512
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	790.365	846.476
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.629	-111.365

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-39.562	165.702
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	209.273	226.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	774.393	1.880.979	451.458	1.530.743
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-645.512	-1.511.790	-426.800	-1.372.813
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-552.814	-1.267.412	-338.481	-1.138.386
3.02.02	Custo de Operação	-85.214	-222.740	-80.795	-213.731
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-7.484	-21.638	-7.524	-20.696
3.03	Resultado Bruto	128.881	369.189	24.658	157.930
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.147	-144.531	-46.993	-142.949
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.270	-65.123	-38.120	-85.301
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.165	-149.678	-45.945	-138.997
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38.579	99.982	48.777	127.958
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.079	-42.882	-16.912	-67.046
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.788	13.170	5.207	20.437
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	104.734	224.658	-22.335	14.981
3.06	Resultado Financeiro	76.586	37.811	-2.047	-16.123
3.06.01	Receitas Financeiras	46.912	84.747	52.093	133.486
3.06.02	Despesas Financeiras	29.674	-46.936	-54.140	-149.609
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	181.320	262.469	-24.382	-1.142
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-69.115	-77.627	19.205	31.487
3.08.01	Corrente	6.334	-30.522	-14.386	-47.308
3.08.02	Diferido	-75.449	-47.105	33.591	78.795
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.205	184.842	-5.177	30.345
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	112.205	184.842	-5.177	30.345
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	107.308	165.994	-9.692	20.024
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.897	18.848	4.515	10.321
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,088	10,9645	0,6723	1,389
3.99.01.02	PNA	7,7967	12,061	0,6723	1,389

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.01.03	PNB	7,7967	12,061	0,6723	1,389
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	7,088	10,9645	0,6723	1,389
3.99.02.02	PNA	7,7967	12,061	0,6723	1,389
3.99.02.03	PNB	7,7967	12,061	0,6723	1,389

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	112.205	184.842	-5.177	30.345
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.937	-205.264	-6.670	-10.265
4.02.01	Ganho (Perda) pela Reversão da Obrigação Atuarial sobre Benefícios Pós Emprego CPC 33 (R1)	-71.937	-205.264	-6.670	-10.265
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	40.268	-20.422	-11.847	20.080
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.371	-39.270	-16.362	9.759
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.897	18.848	4.515	10.321

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	156.939	35.609
6.01.01	Recebimento de Consumidores/Clientes	2.749.166	2.723.643
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	6.445	7.232
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	0	6.899
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	21.419	24.799
6.01.07	Outros Recebimentos	831	2.219
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-134.990	-149.285
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-1.032.715	-1.156.476
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-207.002	-154.504
6.01.11	Sálarios e Encargos Sociais	-278.387	-223.796
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-71.617	-94.200
6.01.13	Impostos, Taxas e Contribuições	-609.767	-702.933
6.01.14	Encargos Setoriais	-266.111	-219.032
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	0	-7.071
6.01.16	Outros Pagamentos	-20.333	-21.886
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.854	-32.652
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-40.854	-32.521
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-44
6.02.05	Aplicações Financeiras	0	102
6.02.06	Concessão de Empréstimos	0	-189
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-117.949	-4.490
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-32.175	-21.347
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	4.634	5.332
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-86.031	-59.979
6.03.04	Custo da Transação - Captação de Empréstimos	-219	46
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	458
6.03.06	Emissão de Debêntures	0	71.000
6.03.07	Outros	-4.158	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.864	-1.533
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.041	78.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.177	76.510

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-35.689	-35.689
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-13.372	-13.372
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-18.092	-18.092
5.04.10	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-4.225	-4.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	165.994	-205.264	-39.270	18.848	-20.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	165.994	0	165.994	18.848	184.842
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-205.264	-205.264	0	-205.264
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	0	-205.264	0	-205.264
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	54.629	-39.562	581.092	209.273	790.365

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.02.05	Equivalência Patrimonial Sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432	234.185	804.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-17.789	-17.789
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	206	206
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-17.038	-17.038
5.04.10	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.223	-1.223
5.04.11	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	266	266
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.643	-10.267	8.376	9.378	17.754
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.024	0	20.024	9.378	29.402
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648	0	-11.648
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	-1.381	-10.267	-11.648	0	-11.648
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-183.765	196.548	578.808	225.774	804.582

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	2.966.071	2.635.436
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.902.688	2.544.311
7.01.02	Outras Receitas	43.315	83.468
7.01.02.01	Ganho na Alienação de Ativo Imobilizado	-225	-747
7.01.02.02	Outras Receitas	43.540	84.215
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	54.782	37.021
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.714	-29.364
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.546.794	-1.451.373
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.379.212	-1.264.638
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-127.535	-133.262
7.02.04	Outros	-40.047	-53.473
7.02.04.01	Custo de Construção	-54.782	-37.021
7.02.04.02	Outros	14.735	-16.452
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.419.277	1.184.063
7.04	Retenções	-39.780	-32.549
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.780	-32.549
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.379.497	1.151.514
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	100.421	156.011
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.171	20.436
7.06.02	Receitas Financeiras	86.273	134.909
7.06.03	Outros	977	666
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.479.918	1.307.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.479.918	1.307.525
7.08.01	Pessoal	169.371	151.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	98.331	92.509
7.08.01.02	Benefícios	41.166	48.895
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.014	9.611
7.08.01.04	Outros	13.860	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.053.708	929.804
7.08.02.01	Federais	558.520	419.783
7.08.02.02	Estaduais	495.188	510.021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.995	196.361
7.08.03.01	Juros	46.935	149.609
7.08.03.02	Aluguéis	25.060	46.752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	184.844	30.345
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	165.996	20.024
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	18.848	10.321

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

3º TRIMESTRE DE 2017

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

(não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília ("Companhia" ou "CEB") e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de setembro de 2017.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da FGV, o ano de 2016 foi o terceiro ano da mais grave e duradoura recessão jamais experimentada pelo Brasil nos últimos 100 anos.

Lamentavelmente, as expectativas do início do ano se confirmaram: foi um exercício de contínua deterioração econômica e de grande instabilidade política.

A este cenário desfavorável no ambiente doméstico somou-se uma conjuntura internacional preocupante com vários mercados apresentando desaceleração econômica e recorrendo, cada vez mais, a medidas protecionistas que estão afetando os níveis do comércio internacional. O PIB, em 2016, novamente sofreu contração, apresentando uma redução -3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, em 2017 projeta-se um percentual positivo de crescimento de 0,7%.

O desemprego passou de 11,9% no final do exercício de 2016 para 12,4% em setembro de 2017, enquanto o déficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em 2016, frente a um déficit de 12 meses encerrados em setembro de 2017 correspondente a 2,35% do PIB.

O déficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo, em função da contração da atividade econômica. Já o déficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em 2016.

A inflação alcançou 6,29% em 2016 e o BACEN reduziu os juros para 13,75%, em dezembro do mesmo ano. Em setembro de 2017 este indicador continuou com trajetória declinante, atingindo 8,25%.

O dólar terminou o exercício de 2016 cotado a R\$ 3,25, abaixo dos R\$ 3,96 registrados em dezembro de 2015, e o país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões. No segundo trimestre, com o agravamento da crise política, houve leve apreciação da moeda, alcançando o valor de R\$ 3,31, em 30 de junho de 2017, registrando R\$ 3,10 no final do terceiro trimestre.

Apesar do Brasil estar mergulhado na recessão e com mais de 12 milhões de desempregados, existe um certo otimismo com relação ao futuro próximo. Há expectativas de que o mercado de ações volte a um novo círculo virtuoso de crescimento, tendo registrado o recorde de 75.000 pontos em setembro de 2017.

Por outro lado, o Governo tem encaminhado medidas para melhoria da economia. Dentre elas, destacam-se a liberação de R\$ 43 bilhões oriundos de contas inativas do FGTS, com o objetivo de injetar dinheiro no mercado; a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto de gastos públicos federais ocorrida em dezembro de 2016, limitando-os à inflação apurada no ano anterior por um período de vinte anos, representando importante contribuição para o equilíbrio das contas públicas; a promulgação das leis nº 13.429, que flexibilizou as relações trabalhistas, e nº 13.467, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, que remonta à década de 1940; além do projeto de reforma estrutural relativa à Previdência que continuará ocupando a agenda do Congresso no quarto trimestre de 2017, posto que os gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017, caracterizando um desequilíbrio crescente.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



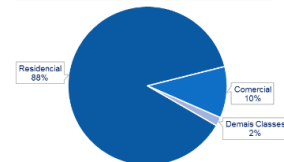
DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

Composição de Consumidores por Classe	3T17	2T17	3T16	Δ Trim.	Δ Ano
Residencial	924.221	919.651	904.620	0,5%	2,2%
Industrial	1.554	1.570	1.632	-1,0%	-4,8%
Comercial	110.189	109.619	108.811	0,5%	1,3%
Rural	10.490	10.481	10.430	0,1%	0,6%
Poder Público	6.303	6.316	5.959	-0,2%	5,8%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Serviço Público	336	337	327	-0,3%	2,8%
Consumidores Faturados	1.053.112	1.047.993	1.031.798	0,5%	2,1%
Consumo Próprio	47	47	48	0,0%	-2,1%
(=) Total	1.053.159	1.048.040	1.031.846	0,5%	2,1%

A Companhia encerrou o 3T17 com 1.053.159 consumidores, dentre os quais, 88% pertencentes à classe residencial, 10% à comercial e 2% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,5% no trimestre e de 2,1% no período de 1 ano.

Composição de Consumidores por Classe

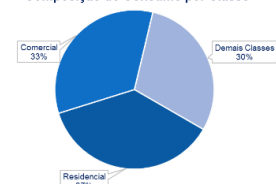


CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

Composição do Consumo por Classe	3T17	2T17	3T16	Δ Trim.	Δ Ano	9M17	9M16	Δ Acum.
Residencial	540.489	554.957	565.575	-2,6%	-4,4%	1.637.336	1.684.087	-2,8%
Industrial	37.298	38.227	44.253	-2,4%	-15,7%	112.577	136.059	-17,3%
Comercial	433.342	487.586	492.126	-11,1%	-11,9%	1.405.885	1.527.839	-8,0%
Rural	40.505	38.548	41.538	5,1%	-2,5%	111.277	116.501	-4,5%
Poder Público	136.743	160.525	147.669	-14,8%	-7,4%	446.183	466.270	-4,3%
Iluminação Pública	116.554	114.013	111.789	2,2%	4,3%	340.943	328.664	3,7%
Serviço Público	76.582	81.161	88.779	-5,6%	-13,7%	232.878	264.918	-12,1%
(=) Fornecimento faturado	1.381.513	1.475.019	1.491.729	-6,3%	-7,4%	4.287.079	4.524.338	-5,2%
Consumo Próprio	323	336	326	-3,9%	-0,9%	989	961	2,9%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.381.836	1.475.354	1.492.055	-6,3%	-7,4%	4.288.068	4.525.299	-5,2%

No 3T17, o consumo apresentou redução de 0,6% em relação ao 2T17. Quando comparado com o 3T16 o consumo dos clientes da CEB Distribuição reduziu 1,7%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 37% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 33% da classe comercial e 30% das demais classes.

Composição do Consumo por Classe



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

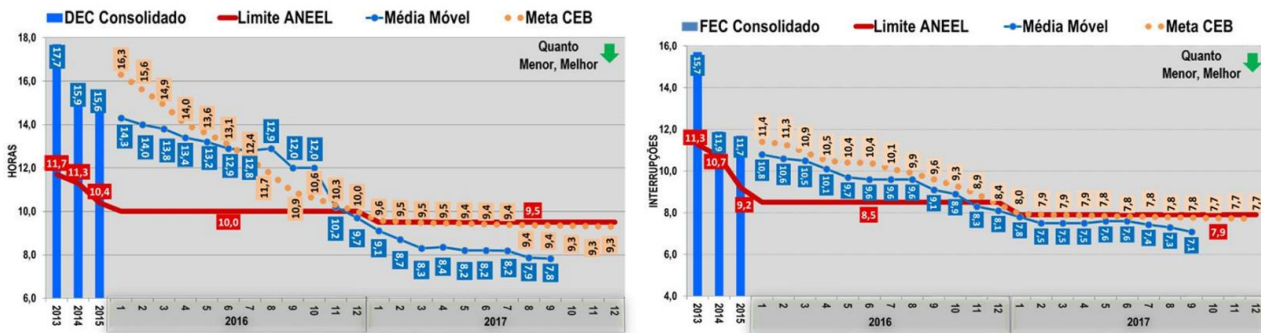
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

(DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("DEC") E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("FEC"))

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. ("CEB D"), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contempla quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas trajetórias com tendências declinantes e melhores que aquelas pactuadas com o Regulador, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



RESULTADOS CONSOLIDADOS:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	3T17	2T17	3T16	Δ Trim.	Δ Ano	9M17	9M16	Δ Acum.
Fornecimento de Energia Elétrica	785.351	860.593	782.985	-8,7%	0,3%	2.442.902	2.478.813	-14%
Energia de Curto Prazo	59.073	90.632	35.905	-34,8%	64,5%	224.768	211.808	6,1%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	209.906	(41.134)	(126.159)	-610,3%	-266,4%	93.405	(273.672)	-134,1%
Receita de Construção	33.451	5.960	19.481	461,3%	71,7%	54.782	37.021	48,0%
Aporte de Recursos CDE	11.444	11.869	10.238	-3,6%	11,8%	35.200	29.288	20,2%
Receita de Prestação de Serviços	18.672	7.703	10.023	142,4%	86,3%	35.426	33.138	6,9%
Suprimento de Energia	8.765	8.494	7.778	3,2%	12,7%	25.810	23.461	10,0%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	1.761	5.701	4.898	-69,1%	-64,0%	16.891	20.054	-15,8%
Arrendamento e Aluguéis	12.230	7.496	6.400	63,2%	91,1%	23.189	15.914	45,7%
Receita de Venda de Gás	894	902	1.097	-0,9%	-18,5%	2.762	3.889	-29,0%
Outras Receitas	867	783	668	10,7%	29,8%	2.331	1.743	33,7%
Receita Operacional Bruta	1.142.414	958.999	753.314	19,1%	51,7%	2.957.466	2.581.457	14,6%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(368.021)	(384.891)	(301.856)	-4,4%	21,9%	(1.076.487)	(1.050.714)	2,5%
Receita Operacional Líquida	774.393	574.108	451.458	34,9%	71,5%	1.880.979	1.530.743	22,9%

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



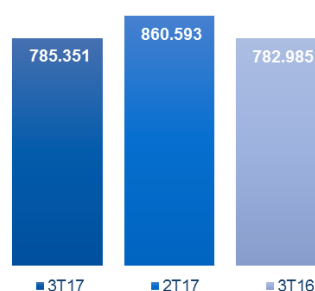
A Receita Operacional Bruta apresentou aumento de 19,1% em relação ao 2T17. Em relação ao 3T16 o aumento foi de 51,7%, justificado, principalmente, pela variação Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros, que apresentou variação positiva de R\$ 336.605 mil

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim.	Δ Ano
	3 T17	2 T17	3 T16	3 T17	2 T17	3 T16		
Residencial	540.490	554.957	565.575	326.071	335.847	313.275	-2,9%	4,1%
Industrial	37.298	38.227	44.253	22.639	21.110	24.170	7,2%	-6,3%
Comercial	433.342	487.586	492.126	266.181	296.635	274.027	-10,3%	-2,9%
Rural	40.505	38.548	41.538	16.813	16.532	16.312	1,7%	3,1%
Poder Público	136.743	160.525	147.669	89.753	103.580	88.214	-13,3%	1,7%
Iluminação Pública	116.554	114.013	111.789	40.717	39.372	34.185	3,4%	19,1%
Serviço Público	76.582	81.161	88.779	35.862	38.578	37.917	-7,0%	-5,4%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.381.514	1.475.017	1.491.729	798.036	851.654	788.100	-6,3%	1,3%
Consumo Próprio	323	336	326					
Fornecimento Não Faturado				(12.685)	8.939	(5.115)	-241,9%	148,0%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.381.837	1.475.353	1.492.055	785.351	860.593	782.985	-8,7%	0,3%

A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 3T17 registrou um decréscimo de 8,7% em relação ao 2T17. Quando comparado o 3T17 com o 3T16, houve aumento de 0,3%. A redução da receita no 3T17, quando confrontada com o 2T17, justifica-se, principalmente, pela redução do consumo no equivalente a 0,6% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao imediatamente anterior. Em relação ao 2T17, o impacto negativo da receita foi motivado, primordialmente, pela redução de 6,3% no consumo.

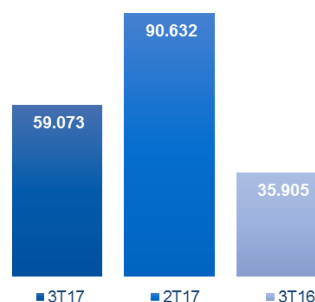
Fornecimento de Energia Elétrica



ENERGIA DE CURTO PRAZO:

A receita de Energia de Curto Prazo no 3T17 atingiu R\$ 59.073, 34,8% inferior à receita reconhecida no 2T17, justificada, principalmente, pela adesão ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSO) e consequente devolução dos contratos de compra de energia excedente. No acumulado do ano, quando comparado com 2016, verifica-se um aumento de receita equivalente a 6,1%, decorrente da elevação média do Preço de Liquidação das Diferenças no 1S17, em relação ao praticado no mesmo período do ano anterior.

Energia de Curto Prazo



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

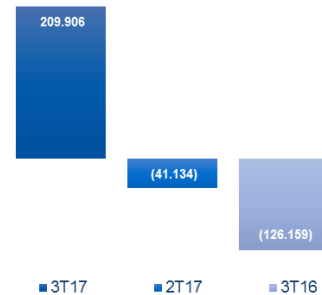
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:

O acréscimo verificado no 3T17, quando comparado com o 2T17 (R\$251.040), decorre, principalmente, por conta do resultado auferido por conta do processo de reajuste tarifário da CEB Distribuição S.A., e por conta de valores reconhecidos na Conta de Variação de Itens da Parcela A (competência), para compensar os custos adicionais do Mercado de Curto Prazo (MCP).

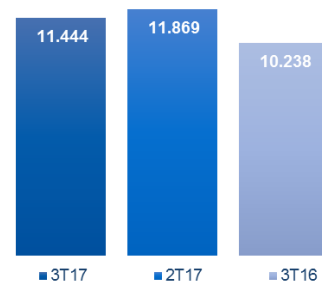
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros



APORTES DE RECURSOS CDE:

A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou estabilidade no 3T17, em comparação com o trimestre imediatamente anterior (-3,6%), porém no acumulado do ano, verifica-se acréscimo de 20,2%, justificado pelo aumento do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

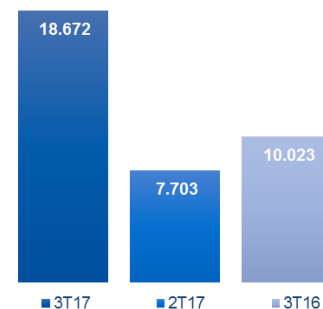
Aporte de Recursos CDE



RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 3T17 tal receita apresentou aumento de R\$ 10.969 (142,4%), decorrente do aumento expressivo do volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 2T17. Em relação ao 3T16, o maior volume de obras, representou uma variação de 86,3%.

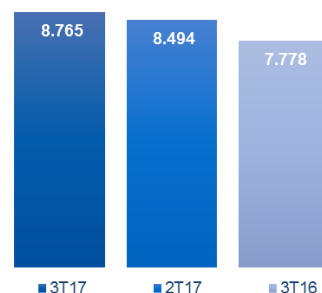
Receita de Prestação de Serviços



SUPRIMENTO DE ENERGIA:

A receita de Suprimento de Energia da CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A. alcançou no 3T17 R\$ 8.765, 3,2% superior ao verificado no 2T17 (R\$ 8.494) e 12,7% superior ao verificado no 3T16 (R\$ 7.778). A variação no acumulado do ano corrente em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 10,0%, justificada pelo reajuste de preços nos contratos de venda de energia da CEB Participações aliado ao aumento no valor do MWh

Suprimento de Energia



Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



comercializado pela CEB Geração, em 2017.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

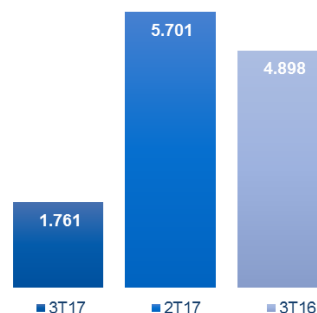
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 3T17 (R\$ 1.761) reduziu 69,1% em relação ao 2T17 (R\$ 5.701). Quando comparado com o 3T16 (R\$ 4.898), a redução representou 64,0%, em razão do custo da CDE ter sido retirado da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), mediante liminar.

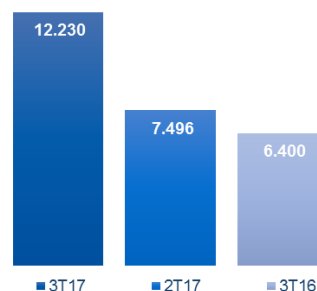
Disponibilidade do Sistema de Distribuição



ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:

A receita de Arrendamento e Aluguéis aumentou 63,2% no 3T17 em relação ao trimestre anterior (2T17). No acumulado do ano, o acréscimo de receita representou, até o 3T17, 45,7%, justificado pelo aumento de contratos de compartilhamento de infraestrutura.

Arrendamento e Aluguéis



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	3 T17	2 T17	3 T16	Δ Trim.	Δ Ano	9 M 17	9 M 16	Δ A cum.
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(477.201)	(328.596)	(302.838)	45,2%	57,6%	(1.123.118)	(1.014.440)	10,7%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(75.613)	(40.106)	(35.643)	88,5%	112,1%	(144.294)	(123.947)	16,4%
Custo da Energia Comprada	(552.814)	(368.702)	(338.481)	49,9%	63,3%	(1.267.412)	(1.138.387)	11,3%
Pessoal e Administradores	(60.145)	(50.935)	(56.211)	18,1%	7,0%	(179.258)	(173.623)	3,2%
Serviço de Terceiros	(37.114)	(42.461)	(44.805)	-12,6%	-17,2%	(123.705)	(128.943)	-4,1%
Custo de Construção	(33.451)	(5.960)	(19.481)	461,3%	71,7%	(54.782)	(37.021)	48,0%
Depreciação e Amortização	(13.956)	(12.730)	(11.848)	9,6%	17,8%	(39.780)	(32.549)	22,2%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.688)	(14.019)	(19.592)	-45,2%	-60,8%	(34.714)	(29.364)	18,2%
Arrendamento	(8.505)	(8.505)	(13.648)	0,0%	-37,7%	(25.515)	(40.944)	-37,7%
Material	(497)	(855)	(1.549)	-41,9%	-67,9%	(2.054)	(2.451)	-16,2%
Outras Despesas	10.223	(7.496)	(5.250)	-236,4%	-294,7%	629	(13.829)	-104,5%
Despesas Operacionais	(151.133)	(142.961)	(172.384)	5,7%	-12,3%	(459.179)	(458.724)	0,1%
Total	(703.947)	(521.034)	(510.865)	35,1%	37,8%	(1.726.591)	(1.597.111)	8,1%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 703.947 no 3T17, um acréscimo de R\$ 182.913 (35,1%), em relação ao 2T17. Relativamente ao 3T16, apurou-se um aumento de R\$ 193.082 (37,8%).

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

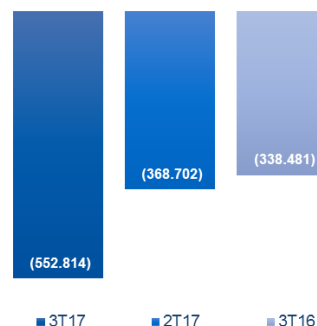
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 3T17 totalizou R\$ 552.814, um acréscimo de R\$ 184.112 (49,9%), na comparação com o 2T17. Em comparação com o 3T16, houve aumento de R\$ 214.333 (63,3%). Ao se analisar o acumulado do ano, porém, o custo de energia apresentou uma variação positiva bem mais modesta, 11,3% decorrente, dentre outros fatores, do aumento do custo de contrato bilateral firmado em moeda estrangeira com Itaipu.

Custo da Energia Comprada

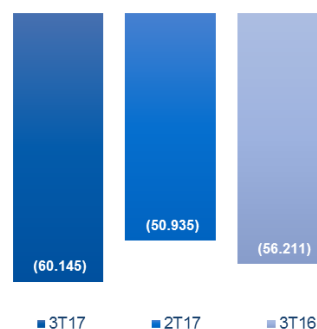


DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 3T17, foram de R\$ 151.133, 5,7% superior ao apurado no 2T17. Destaca-se o seguinte item:

► **Pessoal e Administradores:** no 3T17 houve um acréscimo de R\$ 9.180 (18,1%), quando comparado com o 2T17. Em relação ao 3T16 também houve aumento, de R\$ 3.934 (7,0%). Tal comportamento decorre, principalmente, da política de desligamento da Companhia, resultando na demissão de 52 colaboradores no acumulado do ano (9M17), com os correspondentes custos indenizatórios.

Pessoal e Administradores



OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:

	3 T 17	2 T 17	3 T 16	Δ Trim.	Δ Ano	9 M 17	9 M 16	Δ Acum.
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	6.539	11.030	9.604	-40,7%	-31,9%	55.358	26.750	106,9%
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas	19.231	14.073	40.499	36,7%	-52,5%	39.542	49.995	-20,9%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				# DIV/0!	# DIV/0!	(9.371)	1.974	-574,7%
Rever. de Prov. para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	8.888	1.440	165	517,2%	5286,7%	11.273	21.078	-46,5%
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável	1.411	758	1.358	86,1%	3,9%	3.381	6.824	-50,5%
Tributos Sobre Outras Receitas	2.620	12.895	(3.159)	-79,7%	-182,9%	(225)	(5.626)	-96,0%
Ganho na Baixa de Bens	(384)	(226)	(202)	69,9%	90,1%	(610)	(747)	-18,3%
Outras Receitas	274	2.508	512	-89,1%	-46,5%	634	27.710	-97,7%
Outras Receitas Operacionais	38.579	42.478	48.777	-9,2%	-20,9%	99.982	127.958	-21,9%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(5.350)	(10.388)	(9.847)	-48,5%	-45,7%	(26.589)	(27.190)	-2,2%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(4.541)	(1710)	(2.940)	165,6%	54,5%	(9.541)	(14.767)	-35,4%
Compensação por descontinuidade de energia	(372)	(811)	(467)	-54,1%	-20,3%	(3.664)	(12.922)	-71,6%
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais	(186)	(610)		-69,5%		(2.471)	(2.738)	-9,8%
Multas ANEEL	(1529)	-	-			(507)	(6.083)	-91,7%
Outras Despesas	1.899	(1.322)	(3.658)	-243,6%	-151,9%	(110)	(3.346)	-96,7%
Outras Despesas Operacionais	(10.079)	(14.841)	(16.912)	-32,1%	-40,4%	(42.882)	(67.046)	-36,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	28.500	27.637	31.865	3,1%	-10,6%	57.100	60.912	-6,3%

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

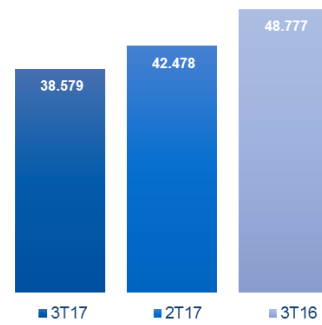
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou uma redução de 9,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, impactada, primordialmente, pela redução significativa de tributos sobre outras receitas.

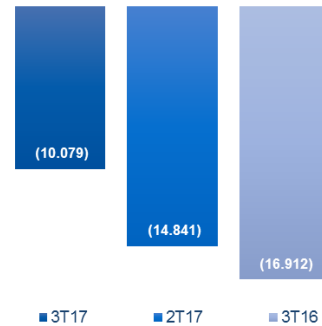
Outras Receitas Operacionais



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

As Outras Despesas Operacionais reduziram no 3T17, 32,1% em relação ao 2T17. Em comparação com o 3T16, ocorreu decréscimo de 40,4%. As principais rubricas responsáveis por esta redução, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, foram a ausência de Multas da Aneel em 2017 e a redução de Provisão de Benefícios Pós-Emprego, que tiveram uma variação negativa de R\$ 4.497.

Outras Despesas Operacionais



RESULTADO FINANCEIRO:

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



	3 T 17	2 T 17	3 T 16	Δ Trim.	Δ Ano	9 M 17	9 M 16	Δ Ano
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	11.804	23.746	4.949	-50,3%	138,5%	15.853	32.960	-51,9%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	25.629	4.445	35.531	476,6%	-27,9%	34.222	54.128	-36,8%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	8.650	8.912	8.162	-2,9%	6,0%	26.757	23.285	14,9%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.129	3.046	2.818	-62,9%	-59,9%	5.874	8.048	-27,0%
Multas e Penalidades Aplicadas	355	154	523	130,5%	-32,1%	2.540	818	210,5%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	596	397	168	50,1%	254,8%	977	666	46,7%
Outras Receitas Financeiras	(277)	790	393	-135,1%	-170,5%	145	1.693	-91,4%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(974)	(2.134)	(451)	-54,4%	116,0%	(2.603)	(3.375)	-22,9%
Receitas Financeiras	46.912	39.356	52.093	19,2%	-9,9%	83.765	118.223	-29,1%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(2.987)	(16.917)	(17.736)	-82,3%	-83,2%	(29.434)	(55.544)	-47,0%
Encargos de Dívidas	(12.331)	(13.192)	(19.640)	-6,5%	-37,2%	(44.306)	(47.974)	-7,6%
Atualização de Benefício Pós-emprego	(12)					(166)		
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	(17.430)	(11.250)	(10.639)	54,9%	63,8%	(31.746)	(29.637)	7,1%
Recuperação de Despesas	69.977					69.976		
Outras Despesas Financeiras	(4.911)	(5.673)	(5.899)	-13,4%	-16,7%	(11.260)	(16.454)	-31,6%
Despesas Financeiras	32.306	(47.032)	(53.914)	-168,7%	-159,9%	(46.936)	(149.609)	-68,6%
Variação Cambial Líquida	(2.631)	7.408	(226)	-135,5%	1064,2%	982	15.263	-93,6%
Resultado Financeiro	76.587	(268)	(2.047)	-28677,2%	-3841,4%	37.811	(16.123)	-334,5%

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



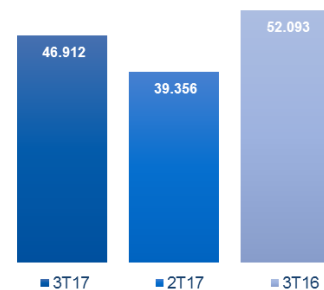
O Resultado Financeiro, nos 9M17, foi de R\$ 37.811, uma melhora de R\$ 53.934 ao registrado nos 9M16, justificada, sobretudo, pela recuperação de despesas decorrente da reversão da atualização monetária do passivo Baixa Renda.

As seguir são detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 2T17:

RECEITAS FINANCEIRAS:

As Receitas Financeiras reduziram 29,1% nos 9M17, em relação ao mesmo período do ano imediatamente anterior. A Receita de juros / variações monetárias sobre ativos representou a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 9M16 (-51,9%), decorrente da reversão da atualização monetária decorrente da prescrição da Contribuição de Iluminação Pública ocorrida em 2016.

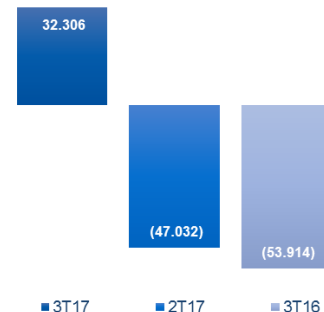
Receitas Financeiras



DESPESAS FINANCEIRAS:

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se nos 9M17 decréscimo de 68,6% em relação aos 9M16, em função, principalmente, da recuperação de despesas relativo à reversão, no 3T17, da atualização monetária do passivo baixa renda, a partir de 2014, por decisão da Agência Reguladora no último processo de reajuste tarifário.

Despesas Financeiras



EBITDA:

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



	3 T 17	2 T 17	3 T 16	Δ Trim.	Δ Ano	9 M 17	9 M 16	Δ Acum.
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	112.205	55.776	(5.177)	101,2%	-2267,4%	184.842	22.179	733,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	69.115	7.249	(19.205)	853,4%	-459,9%	77.627	(31.487)	-346,5%
(+) Resultado Financeiro	(76.587)	24.589	2.047	-411,5%	-3841,4%	(37.812)	16.123	-334,5%
(+) Depreciação / Amortização	13.956	12.730	11.847	9,6%	17,8%	39.780	32.550	22,2%
EBITDA	118.689	100.344	(10.488)	-180,0 %	990,2 %	264.437	39.365	571,8 %
Ajustes:								
(+/-) Ganho na Venda de Bens	384	226	202	-62,9%	6,9%	610	747	-18,3%
EBITDA Ajustado	119.073	100.570	(10.286)	-177,4 %	1112,3 %	265.047	40.112	560,8 %
Margem EBITDA %	15,3 %	17,5 %	-2,3 %			14,1 %	2,6 %	
Margem EBITDA Ajustado %	15,4 %	17,5 %	-2,3 %			14,1 %	2,6 %	

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



No 3T17, o EBITDA foi positivo, no montante de R\$ 118.689 (R\$ 110.344 positivo no 1T17), representando uma variação positiva R\$ 8.345 na comparação com o 2T17.

A Margem EBITDA no 3T17 foi de 15,3%, enquanto no 2T17 foi de 17,5%, e -2,3% no 3T16. O aumento do EBITDA em relação ao 3T16 deveu-se, principalmente, aos prejuízos temporários causados pela sobrecontratação de energia associada à queda brusca do PLD em 2016.

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 3T17 foi lucro líquido de R\$ 112.205, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de lucro de R\$ 107.308 (R\$ 48.188 de lucro no 2T17 e R\$ 9.692 de prejuízo no 3T16), representando uma variação de 122,7% em relação ao trimestre anterior. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 4.897 (R\$ 7.588 no 2T17 e R\$ 4.515 no 3T16). No acumulado do ano (9M17, o Resultado Consolidado foi de lucro de R\$ 184.842 (lucro de R\$ 22.179 nos 9M16).

	3 T17	2 T17	3 T16	Δ Trim.	Δ Ano	9 M 17	9 M 16	Δ Acum.
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	112.205	55.776	(5.177)	101,2%	-2267,4%	184.842	22.179	733,4%
Margem Líquida	14,5 %	9,7 %	-1,1%	49,1%	-1363,5 %	9,8 %	1,4 %	
Atribuível aos Controladores	107.308	48.188	(9.692)	122,7 %	-1207,2 %	165.994	20.024	
Lucro (Prejuízo) por Ação	7,44	3,34	-0,67			11,51	1,39	

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou uma redução de R\$ 84.242 (-20,6%) em relação a junho de 2016. O decréscimo no exercício de 2017 está relacionado com as amortizações realizadas no período e a não captação de novos empréstimos.

	30/09/2017		31/12/2016		Δ Acum.
Curto Prazo	92.801		96.989		(4.188)
Longo Prazo	223.851		303.905		(80.054)
Dívida Total	316.652		400.894		(84.242)
(-) Caixa Disponível	(84.177)		(86.041)		1.864
(=) Dívida Líquida	232.475		314.853		(82.378)

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2017	2018	2019	2020 EM DIANTE	TOTAL
Empréstimos e Financiamentos	16.811	54.983	44.967	57.162	173.923
Debêntures	21.666	63.252	42.310	15.501	142.729
TOTAL	38.477	118.235	87.277	72.663	316.652

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2016	218.986	181.908	400.894
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	-	-	-
Encargos Incorridos no Período	22.481	20.012	42.493
Custo de Transação	271	463	734
Encargos Financeiros Pagos	(19.762)	(21.852)	(41.614)
Amortizações do Principal	(47.547)	(38.068)	(85.615)
Variação Monetária	(506)	-	(506)
Deságio	-	266	266
Saldo em 30 de setembro de 2017	173.923	142.729	316.652
Passivo Circulante	39.001	53.800	92.801
Passivo Não Circulante	134.922	88.929	223.851

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de setembro de 2017 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 8 de novembro de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais findo em 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/09/2017	31/12/2016	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
9	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
8	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
10	14	INVESTIMENTOS
11	15	IMOBILIZADO
12	16	INTANGÍVEL
13	17	FORNECEDORES
14	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
15	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
16	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
17	21	DEBÊNTURES
18	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
20	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
21	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
22	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
23	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
24	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30	30	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
25	31	CONTAS DO RESULTADO
26	32	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
27	33	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
28	34	SEGUROS
29	35	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

2.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/09/2017	31/12/2016
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,56%	47,56%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1 CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("DISTRIBUIDORA" OU "CEB D")

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 9 de Dezembro de 2015, foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montante bastante expressivo.

A segunda fase, dos ajustes estruturais está em curso e além de promover, com êxito, uma redução da estrutura organizacional, com a diminuição de diretorias e racionalização de atividades meio e finalísticas, que apresenta resultados positivos.

Vale mencionar que a Administração atuou proativamente para a redução dos elevados custos do Plano Assistencial, que consistiu no acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada em 2014, pelo Chefe do Poder

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Executivo, contra as Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, conforme Nota Explicativa nº 2.3.1.1 e Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos ativos de geração contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo Contrato de Concessão.

As ações gerenciais mencionadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da CEB Distribuição S.A., atendendo aos requisitos regulatórios de qualidade do serviço prestado e do atendimento dos seus clientes.

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consiste na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

(ii) PLANO ASSISTENCIAL – FACEB – INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 3.010/2002 E Nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR-CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “*no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003*”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão. Em março de 2017, o Plano Assistencial foi encerrado.

2.4 CONCESSÕES

2.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 5 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorreu em 22 de outubro de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

2.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONCESSÕES DA CEB GERAÇÃO S.A.

(i) UTE BRASÍLIA

O contrato de concessão da Usina Termelétrica Brasília encerrou-se no dia 7 de julho de 2015. Foi recomendada a caducidade da usina por meio do Ofício nº 661/2015-SCG/ANEEL em decorrência de vários fatores, tais como: projeto da década de 50 com custo de energia muito elevado; ausência de peças de reposição; e questões ambientais. Desde 2009 a usina não é despachada pelo ONS, sendo até retirada do quadro de unidades disponíveis à Operação do Sistema Nacional.

Os ativos dessa usina passarão por processo de desvinculação do serviço de geração de energia elétrica que será concluído no exercício de 2017. Concluída esta etapa os ativos serão avaliados visando sua desmobilização.

Dessa forma, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas aos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das instalações e equipamentos da usina, assim como do terreno.

(ii) UHE PARANOÁ

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969. A concessão foi prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento previsto para 29 de outubro de 2019. Posteriormente, o período da concessão foi novamente prorrogado até 20 de abril de 2020, em função da Repactuação do Risco Hidrológico.

Finalmente, em dezembro de 2016, foi firmado o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, conferindo à CEB Geração S.A. atuar como Produtora Independente de Energia. O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica – PCH, mantendo o mesmo prazo da concessão e permitindo os benefícios previstos na legislação pertinente para essa classe de geração.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2017			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	10.435	10.435	58.238	58.238
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	25.939	25.939
Contas a Receber	Custo Amortizado		6.166	6.166	559.933	559.933
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				737.696	737.696
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.768	7.768
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			132.843	132.843
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.118	3.118	398.218	398.218
Debêntures	Custo Amortizado				142.729	142.729
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				173.923	173.923
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		68	68	9.595	9.595
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				546.471	546.471
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				273.560	273.560
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				73.974	73.974

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	4.245	4.245	55.025	55.025
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	31.016	31.016
Contas a Receber	Custo Amortizado		7.232	7.232	520.706	520.706
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				392.443	392.443
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.767	7.767
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			129.189	129.189
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.251	3.251	219.195	219.195
Debêntures	Custo Amortizado				181.908	181.908
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				218.986	218.986
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		10.691	10.691	20.231	20.231
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				297.091	297.091
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				424.311	424.311
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				76.863	76.863

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais ocorrências, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos aspectos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão de suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporadas na Parcela "A" das tarifas, que são capturadas nos processos de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de setembro de 2017, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiram o montante de R\$ 129.985 (R\$ 154.153 em 2016). Desse montante, 46,27% (65,2% em 2016) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais (Nota Explicativa nº 5).

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: telecobrança; suspensão de fornecimento por inadimplência; negativação e protesto de débitos; ações judiciais; mediação no Centro Judiciário de Solução de conflitos e Cidadania de Brasília – CEJUS/TJDFT; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 7,00% e 4,33%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 29 de setembro de 2017 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,0% a.a. para o quarto trimestre de 2017. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de setembro de 2018. Também se espera que a taxa de 6,1637 % da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/09/2017	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
222.979	Baixa do CDI		7,00%	5,25%	3,50%
		Balanço	238.588	234.685	230.783
		Resultado	15.609	11.706	7.804
81.555	Alta do TJLP		7,00%	8,75%	10,50%
		Balanço	87.264	88.691	90.118
		Resultado	5.709	7.136	8.563
536	Baixa do IGPM		4,33%	3,25%	2,17%
		Balanço	559	553	548
		Resultado	23	17	12
12.186	Alta do UMBNDES		6,16%	7,70%	9,24%
		Balanço	12.937	13.124	13.312
		Resultado	751	938	1.126
Total Balanço			339.348	337.053	334.761
Total Resultado			22.092	19.797	17.505

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia não possui exposição financeira relevante em moeda estrangeira.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/09/2017	31/12/2016
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 17 e 18)	316.652	400.894
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(84.177)	(86.041)
Dívida líquida	232.475	314.853
Total do Patrimônio Líquido	581.091	620.362
Total do Capital	813.566	935.215
Índice de Alavancagem Financeira - %	28,57	33,66

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos Conta Movimento	3	3	25.939	31.016
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10.435	4.245	58.238	55.025
Total	10.438	4.248	84.177	86.041

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			606.988	584.602
Títulos de Créditos a Receber			54.996	45.523
Serviços Prestados a Terceiros	16.042	56.975	27.934	66.608
Total a Receber Bruto	16.042	56.975	689.918	696.733
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.876)	(49.743)	(129.985)	(154.153)
Total a Receber Líquido	6.166	7.232	559.933	542.580
Circulante	6.166	7.232	527.403	520.706
Não Circulante			32.530	21.874

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 30/09/2017	Total 31/12/2016
Classes de Consumidor						
Residencial	74.756	87.213	28.555	9.657	200.181	175.967
Poder Público	14.072	9.367	4.052	32.218	59.709	74.728
Comércio, Serviços e Outros	48.304	31.464	7.783	21.756	109.307	112.803
Iluminação Pública	12.987	14.151		24.640	51.778	49.832
Serviço Público	10.196	118			10.314	12.532
Industrial	5.251	2.980	894	3.850	12.975	10.807
Rural	5.365	3.654	1.099	385	10.503	8.095
Subtotal Consumidores	170.931	148.947	42.383	92.506	454.767	444.764
Fornecimento Não Faturado	120.869				120.869	128.760
Contribuição do Consumidor	3.848				3.848	
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE	52.571				52.571	19.242
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	15.265	2.462	120	10.087	27.934	63.515
Concessionárias e Permissionárias	867				867	11.413
Parcelamentos a Faturar CP e LP	30.890				30.890	27.667
Serviço Taxado	1.596				1.596	1.444
Outros	11.637				11.637	10.344
Arrecadação a Classificar	(15.061)				(15.061)	(10.416)
Total	393.413	151.409	42.503	102.593	689.918	696.733
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa					(129.985)	(154.153)
Contas a Receber Líquido					559.933	542.580

5.3 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	9.876	49.743	42.068	78.764
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.640
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			38.239	26.420
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			21.756	22.900
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias				8
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			2.944	1.133
Rural – Vencidos há mais de 360 dias			338	288
Total	9.876	49.743	129.985	154.153

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reservou os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Entretanto, o Governo do Distrito Federal optou por realizar parte dos pagamentos dos débitos em espécie no âmbito administrativo e por intermédio de acordo judicial.

A movimentação da Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.743	154.153
Adições	999	79.045
Reversões	(40.866)	(103.213)
Saldo em 30 de setembro de 2017	9.876	129.985

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2017, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 60.149, dos quais, R\$ 50.273 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 9.876 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 60.149, em 30 de setembro de 2017 (R\$ 86.960 em 2016), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Saldos Vincendos	3.373	3.091	32.917	38.128
Vencidos até 90 dias	2.462	2.047	23.757	27.791
Vencidos de 91 a 360 dias	331	2.094	8.153	20.414
Vencidos há mais de 360 dias	9.876	49.743	60.149	101.085
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.876)	(49.743)	(60.149)	(100.458)
Total	6.166	7.232	64.827	86.960

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	22.645	29.017	46.927	29.081
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	8.629	8.678	18.816	9.421
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF			348	13
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			9.958	12.008
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			270	278
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	981	417	3.162	1.986
Programa de Integração Social – PIS	387	387	446	450
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Crédito de PIS/PASEP Sobre Decisão Judicial (c)	1		4	65.173
Total	33.187	39.043	80.475	118.954
Circulante	3.541	1.366	40.330	72.720
Não Circulante	29.646	37.677	40.145	46.234

a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, ativos fiscais diferidos reconhecidos e às retenções na fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.

b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de serem compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

c) A Companhia Energética de Brasília – CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/82 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, a Companhia propôs ação judicial, Processo nº 2005.34.00.016932-2 e obteve decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil. A CEB também solicitou, judicialmente, a mudança do pólo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006. Após o deferimento do pedido de mudança de pólo, a CEB D solicitou à RFB, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016 o pedido foi deferido.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 30.107, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	84.668	C	28.787
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	2.658	D	(904)
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	3.336	C	1.134
TOTAL DO ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/09/2017			29.017
TOTAL DO ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2016			30.106

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, está previsto que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados até 2018, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Diferenças Temporárias	4.690	20.593	110.936	83.118
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			114.418	117.863
Total	4.690	20.593	225.354	200.981

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/09/2017	Circulante
CVA Ativa	228.901	102.219	(170.280)	16.777	177.617	177.617
Aquisição de Energia – (CVAenerg)	185.732	103.614	(144.515)	14.967	159.798	159.798
Proinfa	10.934	642	(9.303)	572	2.845	2.845
Transporte Rede Básica	4.527	5.247	(2.240)	395	7.929	7.929
Transporte de Energia – Itaipu	1.205	3.244	(790)	204	3.863	3.863
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26.503	(10.528)	(13.432)	639	3.182	3.182
Demais Ativos Financeiros Setoriais	163.532	520.412	(138.249)	14.384	560.079	560.079
Neutralidade da Parcela A	7.092	43.167	(6.219)	1.890	45.930	45.930
Sobrecontratação de Energia	25.161	(13.425)	(18.574)	12.959	6.121	6.121
Diferimento de Reposição na RTP	109.556		(96.058)	(1.223)	12.276	12.276
Implantação MCSPSE	13.877		(12.167)	(155)	1.555	1.555
Angra		24.977		906	25.883	25.883
Risco Hidrológico		114.037			114.037	114.037
Financeiros Mercado Curto Prazo		69.175			69.175	69.175
Competência	2.598	282.422			285.020	285.020
Outros	5.247	59	(5.231)	7	82	82
Total Ativos Financeiros Setoriais	392.433	622.631	(308.529)	31.161	737.696	737.696

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/09/2017	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(131.111)	(115.279)	61.917	(9.764)	(194.237)	(194.237)	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	(59.742)	(4.420)	50.829	(3.127)	(16.460)	(16.460)	
Proinfa	(443)	(3.135)	12	(261)	(3.827)	(3.827)	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	(32.991)	(74.790)	11.076	(4.931)	(101.636)	(101.636)	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(37.935)	(32.934)		(1.445)	(72.314)	(72.314)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(165.978)	(241.200)	77.781	(22.837)	(352.234)	(325.062)	
Sobrecontratação de Energia	(65.235)	(25.905)		(5.631)	(96.771)	(96.771)	
Exposição Submercados		(364)			(364)	(364)	
Devoluções Tarifárias UD/ER	(11.820)	(13.944)		(1.408)	(27.172)		(27.172)
Reversão Financeira Postergação	(21.287)		18.664	238	(2.385)	(2.385)	
Baixa Renda		(8.400)		(16.008)	(24.408)	(24.408)	
Reversão Financeira MCP		(69.175)			(69.175)	(69.175)	
Risco Hidrológico		(114.037)			(114.037)	(114.037)	
Outros	(67.636)	(9.375)	59.117	(28)	(17.922)	(17.922)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(297.089)	(356.479)	139.698	(32.601)	(546.471)	(519.299)	(27.172)

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais se referem aos efeitos da variação entre os reajustes tarifários anuais e parte dos itens de custos não gerenciáveis da Companhia.

As constituições, atualizações e amortizações acumuladas até 30 de setembro de 2017 estão de acordo com os valores dos Ativos Financeiros Setoriais definidos pela ANEEL, na ocasião do Reajuste Tarifário, conforme a Nota Técnica nº 308/2017-SGT/ANEEL.

7.1 SOBRECONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O arrefecimento da atividade econômica ocorrido nos últimos anos e os aumentos dos custos de energia causados pela crise hidrológica ensejou a aplicação das bandeiras tarifárias, ocasionando uma queda do consumo de energia elétrica e produzindo um excedente na energia contratada superior ao limite regulatório de 5%. Adicionalmente, o crescimento da migração de consumidores cativos para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como a evolução da implantação da Geração Distribuída nas unidades consumidoras na área de concessão da CEB D, também contribuíram para o incremento da sobra de energia. Tal sobra, até setembro de 2017, alcançou 25,8% em relação ao total de energia contratada que, após o desconto do limite regulatório (5% do mercado verificado), resultou no excedente de 1.054 GWh, representando 20,8% da energia contratada pela Distribuidora.

Considerando as ações gerenciais implementadas em 2017, incluindo as declarações de Mecanismos de Compensação de Sobras e Deficits – MCS D, a expectativa da CEB D é que o nível de sobrecontratação de energia retorne ao patamar regulatório no final do exercício. Registre-se ainda, que no 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, ocorrido em 2016, o Órgão Regulador considerou toda sobrecontratação no cálculo das tarifas. A parcela correspondente ao excedente de 5%, no montante de R\$ 65,2 milhões, foi provisionada como

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Financeiro – Sobrecontratação, em função das incertezas sobre o acolhimento pela ANEEL da alegação de involuntariedade da Distribuidora quando ao excedente verificado. Aquele passivo foi atualizado e mantido contabilmente, uma vez que, não houve deliberação por parte da Agência sobre a mencionada involuntariedade desse valor no Rejuste Tarifário Anual – RTA de 2017.

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Área	30/09/2017 - Valor Contábil	
			Controladora	Consolidado
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	10.500 m ²		897
Edificação	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 Setor Industrial – Taguatinga	1.040 m ²		672
Terreno	SHD Lote B – Planaltina	260 m ²	238	238
Terreno	Área Especial Lote H Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928	928
Terreno	Área Especial Lote G Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928	928
Total			2.094	3.663

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios. Desta forma, o terreno do Setor Noroeste retornou o seu registro para o grupo de propriedade para investimentos.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) está indicada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.372
Adições	3.886
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	29.931
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	273
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	3.381
Saldos em 30 de setembro de 2017	132.843

10. INVESTIMENTOS

10.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Avaliados por Equivalência Patrimonial	586.590	656.257	338.559	340.712
Propriedade para Investimento			274.545	274.545
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.634	4.630	4.634	4.630
Outros	365	365	365	365
Total	591.589	661.252	618.103	620.252

10.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/09/2017	31/12/2016
CEB Distribuição S.A.	580.532	329.136	100	100	350.532.450	329.136	359.182
CEB Lajeado S.A.	112.284	293.412	59,93	59,93	82.013.911	84.391	108.076
Corumbá Concessões S.A.	171.516	159.768	45,2	9,3	256.009.911	72.229	71.331
Energética Corumbá III S.A.	119.373	168.493	37,5	25	45.594.783	63.135	64.010
CEB Participações S.A.	24.271	25.202	100	100	41.270.415	25.202	39.457
CEB Geração S.A.	7.575	12.446	100	100	7.575.212	12.446	14.035
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.921	300	17	51	30.600	51	166
Total						586.590	656.257

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	30/09/2017	31/12/2016
Corumbá Concessões S.A.	171.516	159.768	47,55	9,30	269.294.911	75.979	75.044
Investco S.A.	804.459		20	20	133.563.595	199.445	201.658
Energética Corumbá III S.A.	119.373	168.493	37,5	25	45.594.783	63.135	64.010
Total						338.559	340.712

10.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	30/09/2017			31/12/2016		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.855.467	2.526.331	1.834.005	2.543.248	2.184.067	2.057.006
Corumbá Concessões S.A.	702.109	542.341	139.314	717.193	559.420	170.328
CEB Lajeado S.A.	368.917	75.505	116.119	369.830	36.453	118.756
Energética Corumbá III S.A.	224.807	56.314	30.989	231.747	61.055	39.228
CEB Participações S.A.	29.844	1.642	12.926	40.664	1.207	16.407
CEB Geração S.A.	15.449	3.001	16.295	17.930	3.895	15.101
Companhia Brasileira de Gás S.A.	998	698	2.133	1.252	273	3.679

10.2.2 RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora			
	30/09/2017		30/09/2016	
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Distribuição S.A.	71.650	71.650	(2.428)	(2.428)
CEB Lajeado S.A.	35.172	19.669	19.394	10.846
Energética Corumbá III S.A.	13.058	4.846	10.300	3.802
CEB Geração S.A.	7.573	7.573	6.303	6.303
Corumbá Concessões S.A.	1.995	902	1.763	838
CEB Participações S.A.	6.701	6.701	8.516	8.516
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(678)	(115)	(460)	(78)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	135.471	111.226	43.388	27.799
--------------	----------------	----------------	---------------	---------------

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

10.2.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	308.875	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	613.932
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(30.006)	(205)		(6.444)	(7.893)		(44.548)
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.271	19.731	2.154	4.783	10.187	8.324	(79)	95.371
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	43.079						85	43.164
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(43.044)	(3)	(1.315)	736	2.398			(41.228)
Ganho na Variação de Percentual				62				62
Perda na Variação de Percentual					(497)			(497)
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.181	108.076	71.331	64.010	39.457	14.035	166	656.256
Resultado de Equivalência Patrimonial	71.649	19.669	898	4.846	6.701	7.573	(115)	111.221
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	103.570							103.570
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(205.264)							(205.264)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(23.354)		(5.721)	(10.956)	(9.162)		(49.193)
Redução de Capital		(20.000)			(10.000)			(30.000)
Saldo em 30 de setembro de 2017	329.136	84.391	72.229	63.135	25.202	12.446	51	586.590

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(37.542)	(215)		(37.757)
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.389	2.266	4.783	30.438
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(6)	(1.373)	736	(643)
Ganho na Variação de Percentual			62	62
Saldo em 31 de dezembro de 2016	201.658	75.044	64.010	340.712
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.375	935	4.846	13.156
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(9.588)		(5.721)	(15.309)
Saldo em 30 de setembro de 2017	199.445	75.979	63.135	338.559

10.3 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

A Companhia também possui AFAC registrado nas investidas Companhia Brasileira de Gás S.A. (R\$ 12), Corumbá Concessões S.A. (R\$ 3.232), BSB Energética S.A. (R\$ 1.402) e CEB Distribuição S.A. (R\$ 182.649).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.4 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os bens registrados em propriedade para investimento na Companhia são avaliados pelo custo e são mantidos pelo proprietário para futuro uso corrente indeterminado.

Em 2015, a Companhia iniciou procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de bens imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de Ativo Não Circulante mantido para venda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/09/2017	31/12/2016	30/06/2017	
Terreno	Setor Noroeste – Plano Piloto	284.160 m ²	274.400	274.400	282.841	Dez/16
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m ²	20	20	2.088	Mai/15
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna 13, Lote “G” – Lago Sul	1.600 m ²	125	125	3.137	Mai/15
Total			274.545	274.545	288.066	

10.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 209.273, dos quais, R\$ 209.023 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 250 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

10.6 CORUMBÁ CONCESSÕES – REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ARBITRAL

No período de julho de 2005 a abril de 2008, a Serveng Civilsan S.A. (“Serveng”) aportou na Corumbá Concessões S.A. o montante de R\$ 38.195, enquanto a CEB destinou R\$ 3.232, para suprir desequilíbrio de caixa daquela geradora.

Entretanto tais aportes, inicialmente, foram contabilizados no Patrimônio Líquido e, posteriormente, migraram para a conta de passivo. Restou a indefinição se os montantes estariam caracterizados como Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital ou como mútuos. A solução a ser dada à questão poderá impactar os resultados econômico-financeiros do negócio, sem valores mensuráveis até a emissão destas demonstrações financeiras, que dependem do resultado do processo de arbitragem em curso envolvendo a Serveng Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A., bem como afetar as participações acionárias da CEB e da CEB Participações S.A. no empreendimento.

Diante do cenário de discordância, em agosto de 2017, a Controladora Serveng Civilsan S.A. requereu ao Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o reconhecimento de dívida (mútuo), com correção dos valores.

Desta forma, em função das indefinições quanto aos valores e prazos envolvidos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, a Administração não constituiu provisão em face de eventuais perdas relacionadas a esse evento, considerando a grande indefinição dessa demanda.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. IMOBILIZADO

11.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora						Total
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	
	Terrenos	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284
Adições			71				71
Baixas					(35)		(35)
Transferências	(2.094)						(2.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.036	2.463	393		334		14.226
Adições			24		8		32
Saldo em 30 de setembro de 2017	11.036	2.463	417		342		14.258
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)
Depreciação		(100)	(29)		(17)		(146)
Baixas					26		26
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(446)	(220)		(247)		(913)
Depreciação		(73)	(28)		(49)		(150)
Saldo em 30 de setembro de 2017		(519)	(248)		(296)		(1.063)
Imobilizado Líquido - 30/09/2017	11.036	1.944	169		46		13.195
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	11.036	2.017	173		87		13.313
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Eventos	Consolidado								Total
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177
Adições		380	40	1.026	4.741	145		37.954	44.286
Baixas		(688)	(537)			(39)		(29.523)	(30.787)
Ajuste de Inventário				805	7				812
Transferências	(2.094)							9	(2.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.003	13.520	21.386	47.497	23.983	9.560	107	54.347	182.403
Adições		7		29		8		19.146	19.190
Baixas				(226)					(226)
Transferências			207	542				(24.568)	(23.819)
Saldo em 30 de setembro de 2017	12.003	13.527	21.593	47.842	23.983	9.568	107	48.925	177.548
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)
Depreciação		(298)	(581)	(1.586)	(2.196)	(512)			(5.173)
Baixas						26			26
Transferências		205	2.156	(468)	(8)	12			1.897
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(4.190)	(9.013)	(33.126)	(13.078)	(4.770)	(97)	-	(64.274)
Depreciação		(217)	(409)	(1.192)	(2.027)	(422)			(4.267)
Outros			1	203					204
Saldo em 30 de setembro de 2017		(4.407)	(9.421)	(34.115)	(15.105)	(5.192)	(97)	-	(68.337)
Imobilizado Líquido - 30/09/2017	12.003	9.120	12.172	13.727	8.878	4.376	10	48.925	109.211
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	12.003	9.330	12.373	14.356	10.905	4.690	10	54.347	118.014

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não identificou indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras. A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

12. INTANGÍVEL

12.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora		
	Software (Em curso)	Direito de Uso de Software	Total
Custo do Intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		83	83
Adições	1.964		1.964
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.964	83	2.047
Amortização Acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(37)	(37)
Amortizações		(13)	(13)
Saldo em 30 de setembro de 2017		(50)	(50)
Intangível Líquido - 30/09/2017	1.964	33	1.997
Intangível Líquido - 31/12/2016		46	46

Eventos	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.171.534	2.495	60.151	20.621	158.946	1.413.747
Adições	1.224	53.889	55	19.846		75.014
Transferências	30.325	(34.452)	40.467	(40.467)		(4.127)
Baixas	(2.307)					(2.307)
Obrigações Especiais	(172.822)	110.358				(62.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.027.954	132.290	100.673		158.946	1.419.863
Adições	1.963	40.410				42.373
Transferência	15.712	(15.985)				(273)
Saldo em 30 de setembro de 2017	1.045.629	156.715	100.673		158.946	1.461.963
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Amortizações	(43.016)		(2.670)		(5.888)	(51.574)
Transferências						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(316.899)		(55.251)		(64.757)	(436.907)
Amortizações	(27.062)		(7.165)		(4.415)	(38.642)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(343.961)		(62.416)		(69.172)	(475.549)
Intangível Líquido - 30/09/2017	701.668	156.715	38.257		89.774	986.414
Intangível Líquido - 31/12/2016	711.055	132.290	45.422		94.189	982.956

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas informações financeiras.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

12.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim mostrados:

	30/09/2017	31/12/2016
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(69.171)	(64.757)
Saldo Líquido	89.775	94.189

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Suprimento de Energia Elétrica			345.693	156.303
Materiais e Serviços	3.118	3.251	34.716	49.401
Encargos de Uso de Rede Elétrica			17.196	13.304
Fornecedores de Gás			613	187
Total	3.118	3.251	398.218	219.195
Circulante	3.118	3.251	398.218	219.195

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.270	97.611	243.758	190.785
Outros Tributos	209	1.003	222.006	212.075
Total	97.479	98.614	465.764	402.860
Circulante	209	1.344	228.977	224.115
Não Circulante	97.270	97.270	236.787	178.745

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.523	71.522	179.055	140.666
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	26.089	64.703	50.119
Total	97.270	97.611	243.758	190.785
Circulante		341	27.173	21.952
Não Circulante	97.270	97.270	216.585	168.833

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de setembro de 2017 e em 2016:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	169.609	20.395	169.609	20.395	352.951	6.242	352.951	6.242
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(13.596)	(14.358)	(13.596)	(14.358)
Total do Resultado Tributável	169.609	20.395	169.609	20.395	339.355	(27.756)	339.355	(27.756)
Equivalência Patrimonial	(111.225)	(27.757)	(111.225)	(27.757)	(118.601)		(118.601)	
Adições/Exclusões Permanentes	(906)	(372)	(906)	(372)	20.969	197.099	20.969	197.099
Adições/Exclusões Temporárias	(46.776)	9.370	(46.776)	9.370	(157.588)	11.320	(157.588)	11.320
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	10.702	1.636	10.702	1.636	84.135	180.663	84.135	180.663
(-)Compensação Prejuízo Fiscal	(3.209)	(491)	(3.209)	(491)	(11.745)	(51.192)	(11.745)	(51.192)
Base de Cálculo	7.493	1.145	7.493	1.145	72.390	129.471	72.390	129.471
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	(1.854)	(269)	(674)	(103)	(21.384)	(33.679)	(7.739)	(12.214)
IRPJ – Lucro Presumido					(941)	(967)	(458)	(448)
Ajustes IRPJ/CSLL do período								
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(1.854)	(269)	(674)	(103)	(22.325)	(34.646)	(8.197)	(12.662)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(799)		(288)		(34.636)	67.149	(12.469)	11.646
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.653)	(269)	(962)	(103)	(56.961)	32.503	(20.666)	(1.016)

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	159.241	124.129
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	57.344	44.704
Total	97.270	97.270	216.585	168.833
Não Circulante	97.270	97.270	216.585	168.833

14.1.2 OUTROS TRIBUTOS

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			178.569	180.275
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	100	753	20.982	25.490
Programa de Integração Social – PIS	22	163	4.545	5.522
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	87	87	505	102
Outros			17.405	686
Total	209	1.003	222.006	212.075
Circulante	209	1.003	201.804	202.163
Não Circulante			20.202	9.912

15. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de setembro de 2017, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 154.614 e apresenta a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	207.412
Faturamento Arrecadado	117.852
Faturamento não Arrecadado	33.643
Atualização Monetária	2.844
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(207.002)
Saldo em 30 de setembro de 2017	154.614
Circulante	102.473
Não Circulante	52.141

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 91.025 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	118.222
Amortização no Exercício	(29.035)
Atualização no Exercício	1.837
Saldo em 30 de setembro de 2017	91.025
Circulante	38.884
Não Circulante	52.141

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Superavit de Baixa Renda (a)	73.223	140.322
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	109.546	117.987
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	90.791	166.002
Total	273.560	424.311
Circulante	111.983	202.102
Não Circulante	161.577	222.209

a) SUPERAVIDE DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando administrativamente e judicialmente a obrigatoriedade desse passivo para a modicidade tarifária.

Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	140.322
Atualização no Período	11.278
Reversão de atualização monetária	(53.969)
Nota Técnica nº 308/2017 – SGT ANEEL	97.631
Transferência para Passivo Financeiro Setorial	(24.408)
Saldo final em 30 de setembro de 2017	73.223

b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 13.280, de 15 de março de 2004, 28 março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016, com validade a partir de sua publicação, a ANEEL aprova o Submódulo 5.6 que estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE e P&D. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT, ao MME e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

A tabela seguinte detalha os valores de P&D e PEE:

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Programa de Eficiência Energética – PEE	68.514	80.077
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	39.090	36.747
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.474	955
Ministério de Minas e Energia – MME	468	208
Total	109.546	117.987

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo, o Plano de Negócio do Período de 2017 a 2021, aprovado pela Controladora, em dezembro de 2016, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Distribuidora voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 30 de setembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 143.652. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

Em 2016, a CEB D e as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS celebraram o Contrato ECF nº 3.298/2016, cujo objeto foi a repactuação de dívida com Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, reconhecendo o parcelamento de débitos no montante de R\$ 114.394. No entanto, atendendo ao previsto na Cláusula Décima Quinta do respectivo Contrato, a Eletrobrás, juntamente com a CEB D, iniciou o processo para compensação deste débito com os créditos obtidos pela Distribuidora no montante de R\$ 79.636, registrados no grupo de Demais Créditos, relativos aos Descontos Tarifários, previstos na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161/2016 e aos relativos à Diferença Mensal de Receita – DMR, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 472/2012.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após a respectiva compensação, o saldo remanescente da obrigação foi dividido em 4 parcelas, atualizadas mensalmente pela Taxa Selic, devendo ser quitado até dezembro de 2017. Em 30 de setembro de 2017, o saldo devedor é de R\$ 38.672.

O saldo remanescente de R\$ 6.961 está em conformidade ao Despacho nº 1576/2016, de 14 de junho de 2016 da ANEEL, relativo à dedução das cotas mensais da CDE das entidades vinculadas à ABRACE e ANACE, fixadas pela Agência, conforme metodologia definida na Nota Técnica nº 174/2016- SGT/ANEEL.

A movimentação contábil da compensação efetuada está descrita conforme quadro seguinte:

Saldo 31 de dezembro de 2016	130.496
Ajuste Financeiro do Encontro de Contas	126
Ativo Compensado	(79.636)
Pagamentos Realizados	(12.314)
CDE	6.961
Saldo em 30 de setembro de 2017	45.633

17. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	53.935	89.856	143.791	52.399	130.273	182.672
Encargos	297		297	1.178		1.178
Custos da Emissão	(432)	(927)	(1.359)	(432)	(1.510)	(1.942)
Saldo Final	53.800	88.929	142.729	53.145	128.763	181.908

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R\$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

17.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.908
Encargos Incorridos	20.013
Custo de Transação	463

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encargos Pagos	(21.852)
Amortização Principal	(38.068)
Deságio	266
Saldo em 30 de setembro de 2017	142.729
Circulante	53.800
Não Circulante	88.929

17.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	Total
CDI + 6,8%	21.666	63.252	42.310	15.501	142.729

17.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como propriedade para investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	30/09/2017	31/12/2016	
Eletrobrás	536	839	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	2.254	3.005	4,5% a.a. + TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	28.924	39.971	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil		15	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A.	70.587	88.207	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	32.359	35.959	4,5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	12.186	13.204	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A./BNDES	18.018	22.763	6% a.a
Banco Daycoval	868	5.185	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	8.794	10.712	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(603)	(874)	
Total	173.923	218.986	
Circulante	39.001	43.844	
Não Circulante	134.922	175.142	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interviente Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425. Esse financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

As composições dos empréstimos, com as perspectivas de amortizações, estão resumidas a seguir:

Empréstimos	2017	2018	2019	2020+	Total
ELETROBRAS	43	174	147	172	536
Banco do Brasil S.A. (FCO I a IV)	5.234	11.935	5.330	6.425	28.924
Banco do Brasil S.A. (FINAME)	250	1.002	1.002		2.254
Caixa Econômica Federal	5.747	22.989	22.989	18.862	70.587
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.170	4.678	4.678	21.833	32.359
Caixa Econômica Federal/BNDES	765	3.059	3.059	5.304	12.187
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.427	5.710	5.710	5.172	18.019
Banco Daycoval	868				868
Banco BCV	1.306	5.436	2.052		8.794
Total	16.810	54.983	44.967	57.768	174.526
(-) Custo de Transação					(603)
Total Líquido					173.923

18.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	219.860	(874)	218.986
Encargos Incorridos no Período	22.481		22.481
Custo de Transação		271	271
Encargos Financeiros Pagos	(19.762)		(19.762)
Variação Monetária	(506)		(506)
Amortizações de Principal	(47.547)		(47.547)
Saldo em 30 de setembro de 2017	174.526	(603)	173.923

18.2 GARANTIAS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D.

A CEB Distribuição S.A. firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF), em 2014, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interviente/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

18.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 30 de setembro de 2017, a cláusula restritiva estabelecida nos contratos foi cumprida pela Companhia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Governo do Distrito Federal		10.623		10.623
Eletrobrás			5.619	5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			3.908	3.920
Outros Acionistas	68	68	68	68
Total	68	10.691	9.595	20.231
Circulante	68	10.691	9.595	20.231

Em março de 2017, a Companhia efetuou a quitação dos dividendos junto ao controlador referente ao lucro apurado no exercício de 2013.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Provisão de Férias	123	70	12.303	12.553
Provisão de 13º Salários	90		6.416	
Encargos Sobre Provisões	67	26	19.808	13.329
Abono Assiduidade			4.459	5.005
Participação nos Lucros			51	10.086
Outros		1	3.219	5.352
Total	280	97	46.256	46.325
Circulante	280	97	46.256	46.325

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Para o início da operacionalização dos novos planos de saúde será necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais aportes visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 31 de agosto de 2017; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

Passivo	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Plano de Previdência	249.351	79.578
Plano de Assistência		9.775
Total	249.351	89.353
Circulante	1.043	30.252
Não Circulante	248.308	59.101

21.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.388.134)	(1.106.216)	(9.775)	(28.564)
Custo do Serviço Corrente	(9.023)	(11.756)		(16)
Custo de Juros	(115.189)	(146.905)		(3.793)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(121.647)	(206.552)	9.775	(16.614)
Benefícios Pagos Pelo Plano	61.763	83.295		39.212
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.572.230)	(1.388.134)		(9.775)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.572.230	1.388.134		9.775
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.323.921)	(1.308.556)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.323.921	1.308.556		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	248.309	79.578		9.775
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Extinto	Sem Cobertura

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos dos Planos				
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.308.556	1.098.956		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	105.102	145.941		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	22.654	23.113		39.212
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	3.926	6.625		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(61.763)	(83.295)		(39.212)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(54.554)	117.216		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.323.921	1.308.556		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2017	31/12/2016
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	179.799	79.578
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	114.380	35.889
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	79.578	7.259
Contribuições Aportadas no Plano	(22.658)	(23.110)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	176.200	89.336
Despesas do Exercício	15.189	6.093
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	248.309	79.578

	Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura		9.775
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período		20.683
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício		28.564
Contribuições Aportadas no Plano		(39.212)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais		16.614
Despesas do Exercício		3.809
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período		9.775

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativos		
Quantidade	459	466
Idade Média	51,18	50,79
Tempo Médio de Serviço (anos)	26,14	25,71
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,44	5,87
Valor do Salário Médio (R\$)	12.891,89	12.884,07
Aposentados		
Quantidade	1.096	1.093
Idade Média	67,12	66,77
Benefício Médio (R\$)	6.026,53	6.016,61
Pensionistas		
Quantidade	342	339
Idade Média	64,65	64,17
Benefício Médio (R\$)	1.812,56	1.825,29

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016
Titulares		
Quantidade		1.748
Idade Média		62,48
Custo Médio		821,02
Dependentes		
Quantidade		1.898
Idade Média		47,56
Custo Médio		599,53
Total		
Quantidade		3.646
Idade Média		54,71
Custo Médio		705,72

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Disponível	0,01%	0,19%		0,00%
Renda Fixa	93,69%	92,92%		0,00%
Renda Variável	0,67%	0,68%		0,00%
Investimentos Estruturados	1,91%	2,42%		0,00%
Investimentos Imobiliários	1,36%	1,39%		0,00%
Empréstimos com Participantes	2,41%	2,43%		0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	-0,05%	-0,03%		0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100%	100,00%		0,00%

21.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.572.230 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.323.922 resultou em um deficit de R\$ 248.308, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 179.813, sendo R\$ 2.369 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB, R\$ 1.073 referente às contribuições normais e R\$ 176.371 referente à provisão atuarial constituída.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de agosto de 2017. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.345.771) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 4.794); exigível contingencial (R\$ 5.238); e fundos (R\$ 11.817), resultando no valor justo de R\$ 1.323.922, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 30 de setembro de 2017, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2016, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, bem como à redução no valor justo dos ativos do plano, que reduziu em R\$ 111.055, correspondente a 7,06%.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/09/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.572.230	1.388.134
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.323.921)	(1.308.556)
Resultado	248.309	79.578

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2017, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2017
Custo do Serviço Corrente	11.376
Custo dos Juros	138.787
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(130.831)
Contribuições dos Participantes	(3.529)
Total da Despesa Estimada	15.803

21.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O Plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

21.5 PLANO CEB-SAÚDE

O Plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.6 PREMISSAS ATUARIAIS

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas Atuariais Adotadas	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	4,94%	5,91%		5,91%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,82%	4,82%		4,82%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	4,82%	4,82%		4,82%
Taxa Anual de Inflação Futura	4,82%	4,82%		
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	10,00%	11,01%		7,00%
Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%		0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Não mais aplicável.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.			
Assistidos	Família informada no cadastro.			

21.7 PLANO DE SAÚDE DA CEB – ASSISTENCIAL

Em decorrência da decisão proferida e relatada na ADI nº 2014002032055-2, o Plano de Saúde CEB-Assistencial foi extinto em março de 2017. Desta forma, não há mais a existência de provisões técnicas na data-base destas demonstrações financeiras.

21.8 CONTRATO DE DÍVIDA ATUARIAL

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, como patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se a seguir: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Deficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

22. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

22.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Regulatórias			63.241	53.865
Trabalhistas			5.116	4.276
Fiscais	3.917	10.827	3.917	10.827
Cíveis			2.976	3.449
Total	3.917	10.827	75.250	72.417
Circulante			3.956	3.905
Não Circulante	3.917	10.827	71.294	68.512

22.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.356
Constituições de Provisão	2.471
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.827
Atualização de Provisão	48
Reversão de Provisão	(6.956)
Saldo em 30 de setembro de 2017	3.919

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	1.123	5.569	2.471	2.217	11.380
Reversão de Provisão	(6.229)	(10.530)		(7.226)	(23.985)
Atualização Monetária	334	269		5.852	6.455
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.276	3.448	10.827	53.866	72.417
Constituições de Provisão	1.605	1.264		6.504	9.373
Baixa / Reversão de Provisão	(1.219)	(1.605)	(6.956)	(1.347)	(11.127)
Atualização Monetária	454	(134)	46	4.221	4.587
Saldo em 30 de setembro de 2017	5.116	2.973	3.917	63.244	75.250
Circulante					3.956
Não Circulante					71.294

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Companhia foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

A reversão ocorrida setembro de 2017 se refere à adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT decorrente do Processo Administrativo Fiscal nº 14033.000.329/200863 relativo ao IRPJ e CSLL de dezembro de 2005; e a CSLL de junho de 2007.

22.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2017, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Fiscais	109.487	41.425	114.485	45.045
Cíveis	1	1	2.240	8.313
Trabalhistas			1.426	896
Total	109.488	41.426	118.151	54.254

22.3.1 DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Companhia foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2017, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Fiscais	200	375	200	375
Cíveis	29.425	26.133	39.344	65.175
Total	29.625	26.508	39.544	65.550

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Uso do Bem Público	867	867
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	73.107	75.996
Total	73.974	76.863
Não Circulante	73.974	76.863

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2017	31/12/2016
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	581.091	620.362
Total	581.091	620.362
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	40,31	43,03

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	30/09/2017	31/12/2016
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.929	19.929
Ganho Atuarial – Plano Assistencial		16.057
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(248.308)	(59.101)
Total	(39.562)	165.702

24.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817

24.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

24.3 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 165.994 (R\$ 20.024 em 30 de setembro de 2016).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. CONTAS DO RESULTADO

25.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de Energia Elétrica			785.351	782.985
Energia de Curto Prazo			59.073	35.905
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			209.906	(126.159)
Receita de Construção			33.451	19.481
Aporte de Recursos da CDE			11.444	10.238
Receita de Prestação de Serviços	18.070	9.791	18.672	10.023
Suprimento de Energia			8.765	7.778
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			1.761	4.898
Arrendamento e Aluguéis			12.230	6.400
Receita de Venda de Gás			894	1.097
Outras Receitas			867	668
Receita Operacional Bruta	18.070	9.791	1.142.414	753.314
Impostos	(356)	(196)	(160.624)	(159.162)
Contribuições	(1.651)	(906)	(110.113)	(73.286)
Encargos do Consumidor			(97.284)	(69.408)
Descontos Incondicionais				
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.007)	(1.102)	(368.021)	(301.856)
Receita Operacional Líquida	16.063	8.689	774.393	451.458

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			2.442.902	2.478.813
Energia de Curto Prazo			224.768	211.808
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			93.405	(273.672)
Receita de Construção			54.782	37.021
Aporte de Recursos da CDE			35.200	29.288
Receita de Prestação de Serviços	34.204	32.586	35.426	33.138
Suprimento de Energia			25.810	23.461
Arrendamento e Aluguéis			16.891	20.054
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			23.189	15.914
Receita de Venda de Gás			2.762	3.889
Outras Receitas			2.331	1.743
Receita Operacional Bruta	34.204	32.586	2.957.466	2.581.457
Impostos	(684)	(652)	(493.847)	(508.617)
Contribuições	(3.166)	(3.020)	(280.900)	(247.694)
Encargos do Consumidor			(301.740)	(294.281)
Devolução de Vendas				(122)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.850)	(3.672)	(1.076.487)	(1.050.714)
Receita Operacional Líquida	30.354	28.914	1.880.979	1.530.743

25.1.1 APOORTE DE RECURSOS DA CDE

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2,51 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2015 a julho de 2016. Tal repasse se refere aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Nos meses de agosto e setembro de 2016, por meio da REH nº 2.033, foi estabelecido o valor mensal de R\$ 2,8 milhões. Posteriormente, em 18 de outubro de 2016, o valor mensal foi redefinido em R\$ 3,3 milhões por meio do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, nos termos da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Os aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 9).

25.1.2 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

25.1.2.1. REPASSE DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal, fundamentado na Lei nº 12.783/2013, publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a criação e manutenção da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia referentes à: exposição involuntária no mercado de curto prazo; e custos do despacho termoeletrico, através das contratações de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da Conta-ACR.

Aporte CDE – Decretos nº 7891/2013 e nº 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas, desde o final de 2012, relacionado com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o foi emitido, em 23 de janeiro 2013, o Decreto nº 7.891, alterado pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, visando a neutralização de parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 estabeleceu: (i) redução do prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumento do repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% para 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação aos objetivos da CDE, o decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados a seguir:

- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária); e
- Cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

25.1.2.2. BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

25.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(394.540)	(244.272)	(946.549)	(786.160)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(82.108)	(57.720)	(174.909)	(226.755)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(75.613)	(35.643)	(144.294)	(123.947)
Amortização do Risco Hidrológico	(553)	(846)	(1.660)	(1.524)
Total	(552.814)	(338.481)	(1.267.412)	(1.138.386)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	(2.994)	(2.585)	(60.145)	(56.211)
Serviço de Terceiros	(6.728)	(7.511)	(37.114)	(44.805)
Custo de Construção – Concessão (a)		-	(33.451)	(19.481)
Depreciação e Amortização	(47)	(42)	(13.956)	(11.848)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	18.494	(2.208)	(7.688)	(19.592)
Arrendamento			(8.505)	(13.648)
Material	(62)	(67)	(497)	(1.549)
Outras Despesas	(117)	(15)	10.223	(5.250)
Total	8.546	(12.428)	(151.133)	(172.384)
Classificados como:				
Custo da Operação			(85.214)	(80.795)
Custo dos Serviços Prestados	(5.433)	(8.282)	(7.484)	(7.524)
Despesas com Vendas	18.494	(2.208)	(12.270)	(38.120)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.515)	(1.938)	(46.165)	(45.945)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	(9.118)	(8.517)	(179.258)	(173.623)
Serviço de Terceiros	(18.782)	(21.942)	(123.705)	(128.943)
Custo de Construção – Concessão (a)			(54.782)	(37.021)
Depreciação e Amortização	(163)	(124)	(39.780)	(32.549)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	39.866	(7.214)	(34.714)	(29.364)
Arrendamento			(25.515)	(40.944)
Material	(212)	(207)	(2.054)	(2.452)
Outras Despesas	(729)	(181)	629	(13.829)
Total	10.862	(38.185)	(459.179)	(458.725)
Classificados como:				
Custo da Operação			(222.740)	(213.731)
Custo dos Serviços Prestados	(15.881)	(23.714)	(21.638)	(20.696)
Despesas com Vendas	39.866	(7.214)	(65.123)	(85.301)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.123)	(7.257)	(149.678)	(138.997)

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

b) No período de nove meses de 2017, a Companhia recebeu R\$ 58.848 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP de faturas em atraso, das quais R\$ 39.867 estavam vencidos há mais de 365 dias. A provisão foi revertida neste montante.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			6.538	9.604
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			19.231	40.499
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios (nota 22.2)	6.956		8.888	165
Variação do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			1.411	1.358
Tributos Sobre Outras Receitas			2.620	(3.159)
Ganho na Baixa de Bens			(384)	(202)
Outras Receitas	(395)		274	512
Subtotal	6.561		38.579	48.777
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(5.350)	(9.847)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(4.541)	(2.940)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(372)	(467)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(186)	
Multas ANEEL			(1.529)	
Outras Despesas		(42)	1.899	(3.658)
Subtotal		(42)	(10.079)	(16.912)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	6.561	(42)	28.500	31.865

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			55.358	26.750
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	4		39.542	49.995
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			(9.371)	1.974
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios (nota 22.2)	6.956		11.273	21.078
Variação do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			3.381	6.824
Tributos Sobre Outras Receitas			(225)	(5.626)
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens			(610)	(747)
Outras Receitas	(51)	65	634	27.710
Subtotal	6.909	65	99.982	127.958
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(26.589)	(27.190)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(1)	(2.438)	(9.541)	(14.767)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.664)	(12.922)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(2.471)	(2.738)
Multas ANEEL			(507)	(6.083)
Outras Despesas	(45)	(197)	(110)	(3.346)
Subtotal	(46)	(2.635)	(42.882)	(67.046)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	6.863	(2.570)	57.100	60.912

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	9.087	473	11.804	4.949
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			25.629	35.531
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.650	8.162
Rendimentos de Aplicações Financeiras	92	418	1.129	2.818
Multas e Penalidades Aplicadas			355	523
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	595		596	168
Outras Receitas Financeiras	(310)		(277)	393
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(412)		(974)	(451)
Subtotal	9.052	891	46.912	52.093
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	2		(2.987)	(17.736)
Encargos de Dívidas			(12.331)	(19.640)
Atualização de Benefício Pós-emprego			(12)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(17.430)	(10.639)
Recuperação de Despesas			69.977	
Outras Despesas Financeiras	(32)	(21)	(4.911)	(5.899)
Subtotal	(30)	(21)	32.306	(53.914)
Variação Cambial Líquida			(2.631)	(226)
Resultado Financeiro	9.022	870	76.587	(2.047)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	9.670	3.529	15.853	32.960
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			34.222	54.128
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			26.757	23.285
Rendimentos de Aplicações Financeiras	370	632	5.874	8.048
Multas e Penalidades Aplicadas			2.540	818
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	860		977	666
Outras Receitas Financeiras	19	441	145	1.693
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(468)		(2.603)	(3.375)
Subtotal	10.451	4.602	83.765	118.223
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(18)	(43)	(29.434)	(55.544)
Encargos de Dívidas			(44.306)	(47.974)
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(166)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(31.746)	(29.637)
Recuperação de Despesas			69.976	
Outras Despesas Financeiras	(128)	(79)	(11.260)	(16.454)
Subtotal	(146)	(122)	(46.936)	(149.609)
Variação Cambial Líquida			982	15.263
Resultado Financeiro	10.305	4.480	37.811	(16.123)

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

26.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

26.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	107.308	(9.692)	165.994	20.024
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	50.920	(4.830)	78.769	9.979
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	56.386	(4.862)	87.225	10.045
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7,0880	(0,6723)	10,9645	1,3890
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7,7967	(0,6474)	12,0610	1,3890

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

27.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	465	168	1.504	1.877
Demais Benefícios de Curto Prazo	169	80	329	611
Total	634	248	1.833	2.488

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	1.126	601	4.412	4.310
Demais Benefícios de Curto Prazo	350	204	1.095	859
Total	1.476	805	5.507	5.169

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

27.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

27.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016
Ativo		10.529	23.329
Contas a Receber, Líquido da PECLD		6.166	7.232
Governo do Distrito Federal	a	6.166	7.232
Demais Ativos			16.097
Dividendos/JSCP	b		7.517
CEB Lajeado S.A.			7.130
CEB Geração S.A.			162
Corumbá Concessões S.A.			204
Energética Corumbá III S.A.			21
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		4.179	8.394
CEB Distribuição S.A.			4.492
Corumbá Concessões S.A.		4.179	3.902
Outras Operações		184	186
CEB Distribuição S.A.	c	184	186
Passivo		202	11.523
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	d		10.623
Demais Obrigações		202	900
CEB Distribuição S.A.	e	202	733
CEB Distribuição S.A.	f		167

	Notas	Controladora	
		30/09/2017	30/09/2016
Receitas		34.204	34.040
Receita de Prestação de Serviços		34.204	32.650
Governo do Distrito Federal	g	34.204	32.650
Receita de dividendos			439
BSB Energética S.A.			396
Telecomunicações Brasileiras S.A.			43
Encargos de Mútuo		419	951
Corumbá Concessões S.A.	h	274	63
CEB Distribuição S.A.		145	888
Despesas		39.867	7.214
(Provisão) / Reversão de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		39.867	7.214
Governo do Distrito Federal	i	39.867	7.214

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a)** Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;
- b)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;
- c)** Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;
- d)** Trata-se de dividendos do acionista controlador;
- e)** A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;
- f)** Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que são repassados à CEB D;
- g)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;
- h)** Diz respeito aos encargos do empréstimo (mútuo) realizado com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração corresponde a 97 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e
- i)** Representa a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/09/2017	31/12/2016
ATIVO		125.481	92.929
Contas a Receber, Líquida da PECLD		114.695	87.465
Corumbá Concessões S.A.	a	401	406
Energética Corumbá III S.A.	a	98	99
Governo do Distrito Federal	b	114.196	86.960
Demais Ativos		10.788	5.464
Dividendos/JSCP	c	6.609	1.359
Corumbá Concessões S.A.			204
Energética Corumbá III S.A.			21
Investco S.A.		6.609	1.134
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		4.179	4.105
Corumbá Concessões S.A.		4.179	4.105
Outras Operações	d		1
Governo do Distrito Federal			1
PASSIVO		181.521	246.248
Fornecedores	e	17.782	23.200
Corumbá Concessões S.A.		14.523	18.318
Energética Corumbá III S.A.		3.259	4.882
Contribuição de Iluminação Pública	f	160.615	207.412
Governo do Distrito Federal		160.615	207.412
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	g		10.623
Arrendamento a Pagar		3.124	5.013
Investco S.A.		3.124	5.013

	Notas	Consolidado	
		30/09/2017	30/09/2016
Receitas		260.965	351.591
Receita de Comercialização de Energia	h	3.367	2.776
Corumbá Concessões S.A.		2.675	2.195
Energética Corumbá III S.A.		692	581
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		257.598	348.752
Governo do Distrito Federal	i	257.598	348.752
Encargos de Mútuo			63
Corumbá Concessões S.A.			63
Despesas		(119.625)	186.223
Energia Comprada Para Revenda	j	(159.492)	179.009
Corumbá Concessões S.A.		(129.865)	148.326
Energética Corumbá III S.A.		(29.627)	30.683
Reversão da Estimativa de (Perdas) Com Créditos de Liquidação Duvidosa		39.867	7.214
Governo do Distrito Federal	k	39.867	7.214

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF;

g) Trata-se de dividendos do acionista controlador;

h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e

k) Representam as reversões (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

27.3.3 OPERAÇÕES COM A FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 27.

27.4 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 30 de setembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil, apólice esta vigente na data de emissão deste relatório.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos. O custo do prêmio foi de R\$ 1.900 e a importância segurada é de R\$ 175.000.

Os bens das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.), Queimado (CEB Participações S.A.), Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.) e Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.), também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	169.609	20.396	262.469	(1.142)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	163	119	39.780	45.657
Resultado de Equivalência Patrimonial	(111.225)	(16.110)	(13.170)	(20.437)
Receita de Construção			(54.782)	(37.020)
Custo de Construção - Concessão			54.782	37.020
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível				(23.317)
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.867)		34.714	
Encargos da Dívida	(775)	887	42.494	22.928
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(3.381)	(8.235)
Atualização Monetária sobre Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	43	59	126	4.857
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública			2.844	
Custo de Transação com Empréstimos			(271)	(932)
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(6.999)	2.437	1.628	6.254
Dividendos Recebidos – Custo	(976)	(597)	(976)	(597)
Provisão / Reversão Plano Assistencial – FACEB		952		35.063
Outras		(7.382)		(4.363)
	(159.636)	(19.635)	104.330	56.878
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	38.059	(5.639)	(6.815)	(1.934)
Estoques	(2)	39	(453)	829
Depósitos e Bloqueios Judiciais			(3.188)	(200)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	528		(345.263)	286.806
Tributos e Contribuições Compensáveis	5.855	1.913	(761)	(52.813)
Demais Créditos	9.175	9.965	46.389	40.730
	53.615	6.278	(310.091)	273.418
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(133)	1.207	179.023	(114.483)
Obrigações Tributárias	(1.135)	(1.110)	62.904	(162.290)
Contribuição de Iluminação Pública			52.798	(39.373)
Encargos Regulatórios			(150.751)	88.465
Obrigações Sociais e Trabalhistas	183	(13)	(69)	2.586
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(10.636)	(49.139)
Benefícios Pós-Emprego			249.380	46.377
Obrigações Vinculadas a Concessão			(187.579)	10.389
Obrigações Societárias	(10.623)		(2.889)	
Demais Obrigações	175	504	(8.041)	43.224
	(11.533)	588	(184.140)	(174.244)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	57.576	36.388	21.419	11.398
Juros Recebidos – Mútuo	775			
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(63.716)	(81.145)
Pagamento de Encargos da Dívida		(814)	(41.614)	(49.510)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais		(44)	21.419	(44)
	58.351	35.530	(83.911)	(119.301)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	110.406	43.157	156.937	35.609

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros - Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e em 30 de setembro de 2016 estão incluídas no quadro seguinte:

30.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 30/09/2017					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.239.192	6.037	108.652	15.421		1.369.302
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(2.315)	(16)	(4.258)	(981)		(7.570)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES	1.239.192	6.037	108.652	15.421		1.369.302
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.834.005	13.811	106.448	32.486	(105.771)	1.880.979
Custo com Energia Elétrica	(1.355.202)	(1.167)	(16.814)		105.771	(1.267.412)
Custo de Operação	(194.371)	(521)	(25.515)	(2.333)		(222.740)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(2.292)	(2.380)	(1.085)	(15.881)		(21.638)
Lucro Bruto	282.140	9.743	63.034	14.272		369.189
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(179.954)	(1.783)	(5.534)	144.310	(101.570)	(144.531)
Despesas com Vendas	(104.989)			39.866		(65.123)
Despesas Gerais e Administrativas	(124.676)	(1.784)	(13.102)	(13.644)	3.528	(149.678)
Resultado de Equivalência Patrimonial			7.423	111.225	(105.478)	13.170
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	49.711	1	145	6.863	380	57.100
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	102.186	7.960	57.500	158.582	(101.570)	224.658
Receitas (Despesas) Financeiras	23.913	294	3.257	10.347		37.811
Receitas Financeiras	69.296	483	3.782	10.492	(288)	83.765
Despesas Financeiras	(46.365)	(189)	(525)	(145)	288	(46.936)
Variação Cambial	982					982
Lucro Operacional antes dos Tributos	126.099	8.254	60.757	168.929	(101.570)	262.469
Imposto de Renda e Contribuição Social	(54.449)	(681)	(18.882)	(3.615)	-	(77.627)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(6.697)	(681)	(20.616)	(2.528)		(30.522)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(47.752)		1.734	(1.087)		(47.105)
Lucro do Período	71.650	7.573	41.875	165.314	(101.570)	184.842
Atribuído aos Acionistas Controladores						165.994
Atribuído aos Acionistas não Controladores						18.848

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 30/09/2016					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	2.544.665	14.614	398.028	711.649	(442.978)	3.225.979
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(191.297)	(2.697)	(45.392)	27.501	93.135	(118.749)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			216.733	638.152	(492.182)	362.703
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.489.073	11.114	94.139	31.814	(95.397)	1.530.743
Custo com Energia Elétrica	(1.208.012)	(1.340)	(24.431)		95.397	(1.138.386)
Custo de Operação	(164.057)	(829)	(42.683)	(6.162)		(213.731)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(418)			(20.278)		(20.696)
Lucro Bruto	116.586	8.945	27.025	5.374		157.930
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(135.239)	(2.628)	8.016	10.061	(23.159)	(142.949)
Despesas com Vendas	(78.087)			(7.214)		(85.301)
Despesas Gerais e Administrativas	(120.400)	(2.196)	(8.488)	(7.913)		(138.997)
Resultado de Equivalência Patrimonial			15.839	27.757	(23.159)	20.437
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	63.248	(432)	665	(2.569)		60.912
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(18.653)	6.317	35.041	15.435	(23.159)	14.981
Receitas (Despesas) Financeiras	(22.366)	552	1.190	4.501		(16.123)
Receitas Financeiras	107.219	623	5.757	4.624		118.223
Despesas Financeiras	(144.848)	(71)	(4.567)	(123)		(149.609)
Variação Cambial	15.263					15.263
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(41.019)	6.869	36.231	19.936	(23.159)	(1.142)
Imposto de Renda e Contribuição Social	38.592	(568)	(6.165)	(372)	-	31.487
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(40.009)	(568)	(6.359)	(372)		(47.308)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	78.601		194			78.795
Lucro (Prejuízo) do Período	(2.427)	6.301	30.066	19.564	(23.159)	30.345
Atribuído aos Acionistas Controladores						20.024
Atribuído aos Acionistas não Controladores						10.321

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em outubro de 2017, a CEB Distribuição S.A. concluiu sua primeira operação de financiamento do exercício realizada com o Banco FIBRA. Foi contratado o valor de R\$ 60.000 a serem pagos, após carência de 6 meses, com custo de captação de CDI + 4,5% ao ano, no período de 6 meses. Complementarmente, em 16 de outubro de 2017, foi efetuada a segunda operação de financiamento do ano, desta vez com o Banco BBM. Foi contratado o valor de R\$ 80.000 a serem pagos, após carência de 12 meses, com custo de captação de CDI + 4% ao ano, durante 36 meses.

Brasília, 8 de outubro de 2017.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

LENER SILVA JAYME
Diretor de Planejamento Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Informações Contábeis Intermediárias da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Trimestrais - ITR

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1.1 (i). As informações trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Informações Trimestrais – ITR tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis e informações trimestrais de 31 de dezembro de 2016 e de 30 de setembro de 2016, respectivamente, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos relatórios datados em 27 de março de 2017 e em 10 de novembro de 2016, respectivamente, com ênfase em decorrência da incerteza quanto ao desfecho do processo específico, à época em andamento, em relação aos valores de superávit do “baixa renda” da controlada direta CEB Distribuição S.A. Conforme

mentionado na nota explicativa nº 16 (a), em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D, que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente dos referidos valores em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631 mil, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 "S"

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 3º trimestre de 2017.

LENER SILVA JAYME

Diretor-Presidente

Diretor de Planejamento Estratégico interino

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico